

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

**PRODUTORES INSERIDOS NA OVINOCULTURA DE
SÃO SEPÉ-RS: PRODUÇÃO COM FINALIDADE
ECONÔMICA OU PELO PRAZER DA TRADIÇÃO?**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cibele Bolzan Scherer

Santa Maria, RS, Brasil

2015

PRODUTORES INSERIDOS NA OVINOCULTURA DE SÃO SEPÉ-RS: PRODUÇÃO COM FINALIDADE ECONÔMICA OU PELO PRAZER DA TRADIÇÃO?

Por

Cibele Bolzan Scherer

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**

Orientador: Vicente Celestino Pires Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação de
Mestrado

**PRODUTORES INSERIDOS NA OVINOCULTURA DE SÃO SEPÉ-RS:
PRODUÇÃO COM FINALIDADE ECONÔMICA OU PELO PRAZER DA
TRADIÇÃO?**

Elaborada por
Cibele Bolzan Scherer

Como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Extensão Rural

Comissão Examinadora

**Prof. PhD. Vicente Celestino Pires Silveira
(Orientador)**

**Prof^a. Dra. Andrea Cristina Dörr
(Presidente)**

Prof. Dra. Tônia Magali Moraes Brum

AGRADECIMENTOS

A Deus, que em sua infinita bondade, concedeu-me a vida e fez dela prosseguir com passos firmes em busca dos meus objetivos e mais do que isso, que permite-me sonhar e realiza-los um a um.

Ao meu Orientador Vicente Celestino Pires Silveira, que sempre com muita dedicação e paciência contribuiu para este estudo e fostes digno como poucos da responsabilidade que o coube no literal da palavra orientação. Tens minha admiração e gratidão por todo o tempo que dispensou a mim e para que os resultados fossem concluídos da melhor forma possível.

A cada um dos produtores que dispuseram seu tempo para responder as perguntas da entrevista e com muita sabedoria e vivências extraordinárias enriqueceram e deram vida a esta pesquisa.

Por fim, agradeço a todas as pessoas de bem que acreditam e torcem por um caminho de luz ao próximo, com palavras amigas e boas energias. Obrigada aos amigos que trilham a caminhada da vida comigo e que posso dividir as alegrias de mais um passo alcançado.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

PRODUTORES INSERIDOS NA OVINOCULTURA DE SÃO SEPÉ-RS: PRODUÇÃO COM FINALIDADE ECONÔMICA OU PELO PRAZER DA TRADIÇÃO?

AUTORA: CIBELE BOLZAN SCHERER

ORIENTADOR: VICENTE CELESTINO PIRES SILVEIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 31 de Agosto de 2015.

A ovinocultura gaúcha, que contribuiu para a formação histórica dos campos sulinos com o abastecimento de carne para as estâncias e a comercialização da lã que rendeu lucros para a manutenção das propriedades, foi marcada pela crise com a entrada da fibra sintética no mercado nacional, o que levou os produtores a direcionarem sua produção para ovelhas de perfil de carne e o aprimoramento da produção de cordeiros para a venda. Assim, ao passo que o Brasil urbanizava-se e adquiria tecnologia, as propriedades gaúchas perdiam produtores para a cidade e as propriedades em suma, desistiam da produção ovina. As transformações que marcaram o meio rural refletiram-se em uma nova era produtiva. O que antes utilizava-se de métodos empíricos para produzir, ganhou uma performance diferenciada com a era do Brasil industrial. No entanto, estas modificações que surgiram com o decorrer de aproximadamente quatro décadas e reconhecido como o período de Novo Rural Brasileiro, também gerou problemas como o êxodo rural pela exclusão de pequenos produtores que não se adaptavam aos moldes produtivos e tão logo a cidade tornou-se atrativa pela oferta de empregos gerados pela urbanização do país. Atualmente, o que se percebe é que mesmo após a implantação de técnicas administrativas e a busca pelo lucro, ainda assim há propriedades que mantêm o rebanho ovino mesmo sem fins comerciais. Este paradigma procurou-se desvendar ao longo desta pesquisa afim de caracterizar os produtores do município de São Sepé-RS e determinar o objetivo da produção em lucro ou lazer em produzir pela tradição gaúcha, através de uma entrevista a 17 produtores ativos na ovinocultura sepeense. Sendo assim, pode-se determinar a uma produção voltada ao resgate histórico de uma tradição que se perpetua há mais de um século. Atenta-se ao fator cultural como sucessão familiar e a ausência de controle financeiro. Ainda, destaca-se para o grupo que relatou a ambição em produzir ovinos por manter viva a conexão com sua história familiar. No entanto, o que se percebe é a falta ou pouca caracterização desta forma de pensamento no meio rural, em contraponto que o lazer é apenas visto como o que se faz em horas de folga e em raras situações determinado como um vínculo emocional a própria história de cada ser humano.

Palavras-chave: Lazer, Ovinocultura, Novo Rural, São Sepé.

ABSTRACT

Masters dissertation
Graduate Program in Agricultural Extension
Federal University of Santa Maria

PRODUCERS ARE INSERTED IN THE SHEEP INDUSTRY SÃO SEPE-RS: PRODUCTION WITH PURPOSE OR ECONOMIC BY THE PLEASURE OF TRADITION?

AUTHOR: CIBELE BOLZAN SCHERER

ADVISOR: VICENTE CELESTINO PIRES SILVEIRA

Date and Place of Defense: Santa Maria, August 31, 2015.

The transformations that have marked the rural areas reflected in a new era productive. What once used to empirical methods to produce, he won a differentiated performance with the arising of industrial Brazil. So the producers went through to the technological moment and the field became targeted as a place to generate income and working hours, until then been seen often as subsistence and housing. However, these changes that emerged over the course of nearly four decades and is recognized as the New Rural Brazilian period, also generated problems such as rural exodus by the exclusion of small producers that did not fit to productive manner and as soon as the city became be attractive by offering jobs generated by the urbanization of the country. Parallel to this phenomenon, the state's sheep industry, which contributed to the historical formation of the southern fields with meat supply to the resorts and the commercialization of wool that yielded profits for the maintenance of property, passed her time of crisis with the entry of synthetic wool in the domestic market, which led producers to direcionarem its production profile of sheep meat and the improvement of lambs for sale. Thus, while Brazil urbanizava up and acquired technology, gaúcho producers lost property to the city and properties in short, give up the sheep production. However, what we see is that even after the implementation of management techniques and the profit motive, there are still properties that keeps the same sheep flock without commercial purposes. This paradigm we tried to unravel along this research in order to characterize the producers of São Sepe-RS and determine the purpose of production in profit or pleasure, since it distinguishes the choices in producing for the sale of lambs and production to only consumption of the property. Thus, one can determine the production methodology dedicated to entertainment and a way to produce historical review on sheep. However, what one sees is the lack or poor characterization of this way of thinking in rural areas as opposed to leisure is only seen the what is done in off hours and on rare occasions given Beheerder an emotional bond itself the history of every human being.

Keywords: Leisure, Sheep, New Rural, São Sepe.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa do Estado do Rio Grande do Sul com ênfase ao município de São Sepé.....	38
Figura 02 – PIB do município de São Sepé – contribuição da agropecuária.....	39
Figura 03 – Queda da população sepeense pós Novo Rural.....	39
Figura 04 – Principais municípios com rebanho efetivo.....	43
Figura 05 – Municípios com propriedades criadoras de ovinos.....	44
Gráfico 01 – Distância Média das propriedades até a sede do município.....	51
Gráfico 02 – Número de propriedades e raças de ovelhas produzidas.....	53
Gráfico 03 – Profissões identificadas pelos produtores participantes do estudo.....	54
Gráfico 04 – Perfis identificados segundo objetivo da criação ovina.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Indicadores de lazer declarados pelos produtores entrevistados.....	59
---	----

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Roteiro da entrevista aplicada aos 17 produtores de São Sepé- RS.....	70
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 O Novo Rural Brasileiro: introdução de novas culturas de pensamento produtivo.	14
2.2 Novo Rural, Novas características	15
2.2.1 Rio Grande do Sul no contexto histórico do Novo Rural	21
3 CARACTERIZAÇÃO DO LAZER EM PRODUZIR	25
3.1 Produzir por tradição?	25
3.2 Ovinocultura gaúcha: lucro ou lazer?	27
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	32
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
5.1 A Ovinocultura Sepeense.....	35
5.2 Associativismo e a ovinocultura: características e culturas	47
5.2.1 Análise sócio-produtivas.....	47
5.3 Análise econômica-administrativa	53
5.4 Análise do lazer pelo Produtor	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

A ovinocultura, desde a sua introdução pelo Jesuítas no século XVII, sempre esteve presente nos campos do Rio Grande do Sul e acompanhou o transcorrer da história com crises e progressos. Não diferente, o município de São Sepé também desfrutou da era da lã e vivenciou a crise da mesma para então impor uma produção de carne que até então era destinada para a o abastecimento das estâncias. Desta maneira, também arcou com as mudanças que em paralelo ocorriam no país em nível cultural e econômico.

Marcadamente, ocorrem modificações nas estruturas do Brasil e de um país rural necessitou urbanizar seu povo e sua produção no século XX. Com a era industrial, ocorreu a evasão da população rural para os centros urbanos e não isento a câmbios culturais, incorporou a industrialização e métodos produtivos ao meio rural.

Este momento emergente deu origem ao Novo Rural Brasileiro que direcionou a adaptação do rural às tecnologias e conceitos administrativos até então pouco explorados. O êxodo rural e a primazia pelo desenvolvimento no país modificaram suas estruturas trabalhistas, fundiárias e sociais.

A Campanha Gaúcha enfrentou essas modificações e o que antes era sólido na produção pecuária como o charque, perdeu espaço para o novo momento que demandava produções mais rápidas e com abertura às tecnologias. Para tanto, introduziu-se a lavoura de arroz e recentemente a soja, sobrepondo a queda do charque e a crise da lã.

Graziano da Silva (2001) demonstra que, justamente a busca do desenvolvimento da agricultura através de uma abordagem eminentemente setorial como ocorrida pelas culturas do arroz e da soja no Estado, não é suficiente para levar ao desenvolvimento de uma região. A falta de organização social especialmente da sociedade civil - tem se mostrado como uma barreira tão ou mais forte que a miséria das populações rurais, especialmente no momento em que a globalização revaloriza os espaços locais como arenas de participação política, econômica e social para os grupos organizados.

Assim, o campo que servia de moradia e subsistência passou a ser encarado como negócio, pois sempre o enfoque econômico foi vislumbrado ao longo da era. Buscou-se lucro e rendimentos excepcionais, incentivos do governo e todo

engajamento tecnológico para produzir eficientemente. No entanto, este estilo produtivo acabou também por excluir grande parte da agricultura familiar, forçando muitos a saírem do campo.

Porém, estes fatos geraram impactos sociais e culturais talvez pouco relatados. Já não havia terra para todos permanecerem e a cidade estava atraente para viver. No entanto, passado a euforia do Novo Rural, surgiram enigmas sobre sucessão familiar e a busca pelo campo como oportunidade por pessoas que não tinham experiência. Percebe-se este resgate histórico no qual as pessoas ambicionam retornar a produzir no meio rural para manter suas tradições vivas, anteriormente reprimidas por uma era de transformação, todavia, nem todas possuem capacitação para tal ou empreendem vagarosamente como uma prática mais associada ao bem-estar do que de caráter econômico.

Deste modo, busca-se demonstrar os critérios elegidos que levam à produção agropecuária. Para tanto, pode-se distinguir em objetivos econômicos e objetivos prazerosos, mesmo que em certos momentos, ambos se misturem. Grunnenveldt et al (2009) complementam que a realidade rural é uma realidade presente e viva, sendo um espaço que pode ser de moradia e trabalho, como também de descanso e lazer. E deve-se levantar a questão das manifestações do lazer das pessoas que ocorrem no meio rural, não como algo que se contrapõe ao mundo trabalho, mas algo que faz parte da vida do ser humano que produz cultura.

Logo, a ovinocultura que atravessou e permanece em tempos de um Brasil urbano e industrial teve as estruturas das propriedades modificadas e produtores que antes apostaram em ovinos como sustento da propriedade e, atualmente já migraram para outras produções. A lã desvalorizou e a alternativa do mercado tornou-se receptivo através da carne de cordeiro, que enfrenta sérios entraves como sazonalidade de procura, baixo investimento e a falta ou empírico gerenciamento das propriedades criadoras.

Desta maneira, pode-se dar um novo enfoque: produzir por lazer, ligado à tradição gaúcha na ovinocultura. E com isto, compreender os critérios utilizados pelos produtores em suas escolhas e métodos e percebe-se que muitas destas fundamentam-se em questões relevantes ao emocional sobreposto ao econômico, o que torna objeto deste estudo.

Para tanto, este estudo visa contemplar a caracterização de modos produtivos dentro da atividade da ovinocultura do município de São Sepé-RS, através da aplicação de uma entrevista com perguntas abertas e fechadas. A partir desta caracterização, definir entre quatro modos identificados como consumo próprio, integração à bovinocultura e lavoura, criação somente de ovinos e também aos que ambicionam a criação para o futuro e como estes relacionam-se com os objetivos do produtor, que pode ser de caráter lucrativo como também apenas sustentada pela cultura da ovelha que se perpetua nos séculos e de geração a geração no Estado Gaúcho.

Com isso, a identificação do perfil dos produtores estudados e a relação da situação econômica e social da produção ovina irá fornecer fonte para análise da viabilidade financeira e identificar os principais ideias e perspectivas da atividade. Além disso, pode-se contextualizar as ambições econômicas, sucessão familiar e como a ovinocultura pode ser encarada como um prazer movido pela tradição gaúcha. O lucro oriundo da atividade, ainda, pode vir como consequência de uma produção pelo simples fato do apreço e de como se dá a existência deste processo dentro das propriedades pesquisadas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O Novo Rural Brasileiro: introdução de novas culturas de pensamento produtivo.

Diante de uma pecuária extensiva que se perpetuava dentro do Rio Grande do Sul, o Novo Rural Brasileiro proporcionou outras perspectivas produtivas aos produtores enrijecidos dentro de um sistema secular. As transformações ocorridas deram ao meio rural outras características de cunho empresarial, disputas pelo poder e entraves produtivos até então inertes em outros tempos. E concomitante a este fato, cadeias produtivas também sofreram modificações, bem como a dinâmica populacional.

O crescimento e estímulo à indústria marcou notadamente este novo período que se iniciava no país e conferia outro panorama à sociedade. O Brasil passava de um país rural para ser urbano e isto não ocorreu de forma planejada, o que logo acarretou paralelo a um desenvolvimento industrial, o também desenvolvimento de problemas como o êxodo rural e a mobilidades sociais.

Com isso, valores dados à modos produtivos urbanos passaram a ser inseridos no rural, que também pode-se dizer que houve conflito de delimitações entre urbano x rural dado o tamanho da inserção cultural que havia entre um e outro. Logo, critérios dotados dos costumes urbanos como o produzir com aspecto da cultura, qualidade de vida, lazer, produção em escala e entre outros passaram a participar da rotina do meio rural antes até então não explorados neste âmbito. Esta nova conformação abriu margens para a pluriatividade no campo, o que também favorece a permanência de pessoas no rural, bem como a capacidade de produzir de forma diferenciada.

Não diferente, a ovinocultura também sofreu marcas deste processo desencadeado no Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul, que na época tinha expansão produtiva como o estado com maior número de animais. Com a crise da lã, produzir ovelhas ganhou outro panorama: a ovinocultura gaúcha até então sustentada e lucrativa precisou enfrentar este desafio com a exploração da carne, esta que servia como produto de abastecimento das estâncias. Logo, precisou-se inovar para adentrar a um novo mercado.

2.2 Novo Rural, Novas características

Com o intuito de entender as interações socioeconômicas no espaço rural e no que diz respeito quanto a forma que os produtores encaram sua participação no eixo entre produzir pelo financeiro em contrapartida em produzir pelo lazer encontrado em uma tradição produtiva secular nas propriedades rurais gaúchas, discute-se quando este fenômeno ganhou proporções para ser compreendido dentro do espaço rural. Para tanto, com o “Novo Rural Brasileiro”, podemos compreender como as mudanças originaram destinos nos quais questionamos por quê produzir e para quem.

Segundo Elesbão (2007), a compreensão das transformações que aconteceram e estão acontecendo no rural brasileiro passa, necessariamente, pelo estudo do processo histórico de constituição do rural enquanto espaço de produção e reprodução social de sua população, pois além de espaço produtivo, é lugar de vida, de interação social, condição muitas vezes colocada em segundo plano quando da sua análise. O autor ainda destaca que as mudanças puderam ampliar o enfoque que outrora recaía somente na produção de alimentos e matérias-primas e que agora também passa a considerar a relação com as atividades não agrícolas praticadas por componentes de muitas famílias rurais e que ganham importância sendo palco destas modificações que se intensificaram nos últimos tempos.

No intuito de compreender o que ocorreu ao longo da história, relata-se que em 1940, o Brasil era um país predominantemente agrícola em que aproximadamente dois terços da população viviam no campo, com uma proporção de 70% rural contra aproximadamente 30% urbana (TELÓ & DE DAVID, 2012).

Porém, no final dos anos 60 constitui-se o Complexo Agro-Industrial (CAI), o qual é caracterizado pela implantação de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura e pelo desenvolvimento de um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária. A relação imbricada entre agropecuária e indústria, que passa a haver a partir do processo de modernização, altera profundamente as relações socioeconômicas no campo (ELESBÃO, 2007).

Com isto, o movimento migratório se intensificou no país. Dados apontam que a partir de 1950, um em cada três brasileiros que viviam no meio rural optaram pela emigração. Muitos foram os motivos como a falta de recursos para acompanhar o

desenvolvimento impulsionado pela Revolução Verde e as oportunidades de trabalho e de estudos dos centros urbanos. (MAURINA, 2011)

Alguns autores afirmam que já existia êxodo rural antes de ocorrer a modernização do campo e segundo Maurina (2011), pressupõe-se que a evasão seja datada a partir de 1930. Portanto, discute-se se a modernização tenha sido causa ou consequência, pois não seria a única responsável pelo êxodo rural, uma vez que a substituição da agricultura pela pecuária, na qual demanda menor mão-de-obra, principalmente no sul do Brasil também fez com que trabalhadores rurais migrassem às cidades. Com isso, Getúlio Vargas (1951-1954), em seu segundo mandato, o PTB, partido da oposição, cobrava medidas para conter o êxodo rural que crescia e trazia graves problemas sociais e de infraestrutura para as cidades.

A partir de 64, pós Golpe Militar, as teses (preço mínimo, crédito rural e outras), defendidas pelos neoclássicos passaram a orientar a política agrícola. Nesse período, verificaram-se mudanças técnicas que priorizavam recursos escassos como máquinas e fertilizantes, em detrimento de fatores abundantes, como terra e mão-de-obra. A política implementada pelos governantes do Brasil beneficiava os grandes e médios produtores e relegava os trabalhadores rurais às políticas compensatórias. As políticas “modernizantes” estavam previstas na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo. As empresas multinacionais precisavam continuar as suas vendas, para tanto, seria necessário que o estado interviesse e financiasse a expansão do mercado interno, consumidor de máquinas e fertilizantes. Apesar da abundância de fatores de produção, como terra e força de trabalho, as políticas públicas dessa época apontaram para a modernização da agricultura via capital-intensivo. (ELESBÃO, 2007)

Pode-se dizer que o Estado teve participação nas mudanças ocorridas na agricultura, provocando transformações em suas próprias ações. Na década de 1960 foi elaborada a legislação para o campo; o Estatuto de Trabalhador Rural em 1963; o Estatuto da Terra em 1964 e a legislação previdenciária – estes estatutos foram resultado de longas lutas sociais (MAURINA, 2011).

A partir disso, com a mecanização, intensificou o êxodo rural já marcado no campo. No período de auge do processo, entre 1970 e 1980, foram 30 milhões de pequenos produtores expulsos de suas terras. Sem terra e sem emprego suficiente

para todo o contingente que perdia suas terras, vender a força-de-trabalho nas áreas metropolitanas era a única saída (AGRA & SANTOS, 2012).

Logo, a década de 1970 foi o divisor de águas em termos populacionais no Brasil. Até esse período a população rural, em termos absolutos, crescia e era majoritária no país, ao passo que a urbana aumentava, porém ainda em menor número. Até que ainda na mesma década, a população urbana passou a ser maior que a rural, e esta passou a diminuir inclusive em termos absolutos (TELÓ & DE DAVID, 2012).

A nova legislação impôs uma nova realidade ao Estado, dando a este, meios de intervir sobre a sociedade; a legislação estabelecia com “força de lei”, conceitos como latifúndio, minifúndio, empresa rural, entre outros. Além disso, os governos que sucederam 1964, aproveitaram do Estatuto da Terra, priorizaram a modernização do latifúndio, indo contra as expectativas das propriedades familiares que a princípio eram defendidas pelo Estatuto. Houve destinação a projetos que inclusive obtiveram pouca rentabilidade e o não cumprimento de seus objetivos como exemplo o fomento a pecuária da região Nordeste para propriedades com 4500 hectares, sendo que a média da região eram de propriedades com 37 hectares, fazendo deste modo, que beneficiasse uma margem muito pequena de produtores (MAURINA, 2011).

Através destes incentivos governamentais, modernizou-se o campo. A União disponibilizou grandes áreas (500 – 3000 hectares) para serem ocupadas com tecnologia e sofisticação. O que gerou novamente a exclusão de boa margem de pequenos produtores que sem capital, migraram para a cidade atraídos pela indústria. Isto beneficiou grandes produtores, grupos nacionais e estrangeiros que adquiriram terras como reserva de valor. Outras políticas adotadas para atender a demanda da sociedade, como construções de hidrelétricas, também contribuíram para o abandono forçado de milhares de pessoas, assim como construção de rodovias que também valorizou as terras às margens destas, valorizando os latifundiários. Desta maneira, não surpreendente, na década de 90, apenas 30% da população passou a viver no meio rural (MAURINA, 2011).

Por isso, a colocação de Agra & Santos (2012), de que entender, portanto, a modernização da agricultura brasileira como uma simples mudança da base técnica é simplificar, em muito, o seu significado. É importante levar em consideração que a agricultura sempre se apresentou, ao longo da sua história, subordinada à lógica do

capital, sendo um setor de transferência de riquezas. Assim sendo, dentro do seu processo de modernização deve-se dar significado maior à sua transnacionalização e à sua inserção na divisão internacional do trabalho ou, ainda, à penetração do modo de produção capitalista no campo brasileiro.

Portanto, Reis (2006), conclui que nesse sentido, o esvaziamento das áreas rurais, o crescimento desordenado de grandes cidades e a formação de centros metropolitanos são reflexos evidentes que sinalizam um país de um novo tempo. No entanto, surgiram ainda, a partir da década de 1980, mudanças significativas no meio rural. Observa-se a emergência de um espaço rural multifuncional com a introdução de uma maior diversificação econômica, em meio a novas formas de produção e subsistência, em visível contraste com o que dominava no passado. A expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades consideradas até então como exclusivamente urbanas, indicam a existência de um novo paradigma sócioespacial no Brasil.

Graziano da Silva (1999) vem ao encontro do tratado por outros autores quando aponta que o novo rural brasileiro assumiu uma nova dimensão econômico-social cuja principal inovação ocorre por conta do conjunto de bens considerados como não tangíveis e de novos produtos, não necessariamente novos em descobertas. Ao analisar o conteúdo dessas mudanças, caracteriza-se em quatro grandes subconjuntos, quais sejam: a) uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamada de agribusiness brasileiro; b) um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural, e um exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, que foram excluídos pelo mesmo processo de modernização que gerou o nosso agribusiness; c) um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e d) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados.

Assim, não se pode mais caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada exclusivamente pelo seu lado agrário. Há um conjunto de atividades não agrícolas — tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria — que responde cada vez mais pela

nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro. E segundo Elesbão (2007), novas funções vão sendo consolidadas e incorporadas nas estratégias de reprodução de muitas famílias e a pluriatividade das que residem no campo são importantes para a permanência de muitas delas no meio rural.

A pluriatividade pode ser demonstrada através da evolução do PEA agrícola e não-agrícola. A menor taxa de crescimento do PEA agrícola em relação ao rural deve-se às novas atividades que vêm sendo desenvolvidas no meio rural, como resultado da entrada do capitalismo no campo, a saber: moradia, sítios de recreio, turismo, lazer, atividades relacionadas à preservação ambiental, atividades intensivas: olericultura, floricultura, piscicultura, atividades provenientes dos complexos agroindustriais: serviços de distribuição, técnicos, administrativos, públicos – a urbanização do espaço rural brasileiro. Ocorre, assim, uma tendência ao encurtamento das atividades “porteira para dentro” e o alargamento do conjunto de atividades “porteira para fora”. Acompanhando as tendências da economia mundial, a flexibilização das relações de trabalho, característica da chamada sociedade pós-industrial, atinge o mundo rural, refletida com o aumento do número de trabalhadores subocupados, aqueles que trabalham menos de 15 horas por semana, geralmente trabalhadores sem qualificação (AGRA & SANTOS, 2012).

De acordo com Del Grossi e Silva (1998), o conceito de pluriatividade permite que se juntem as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não-monetários, independentemente de elas serem internas ou externas à exploração agropecuária. Para os autores o termo pluriatividade engloba os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial. Essa nova dinâmica produzida pelas atividades não agrícolas traz a possibilidade de que famílias continuem residindo no campo independente das atividades que exerçam.

O respaldo da pluriatividade proporciona o desenvolvimento de um setor através do incentivo e ganhos consequentemente em outros, o que busca garantir o aumento produtivo sem recorrer à apenas uma atividade com a independência de ganhos em apenas uma produção muitas vezes presa a sazonalidade e regras de mercado em geral. Como propõe Elesbão (2007), o desenvolvimento de muitas áreas rurais brasileiras passa pela percepção da diversidade e das peculiaridades que cada uma possui. Identificar o potencial de cada local é fundamental na elaboração de políticas de desenvolvimento rural. Certamente, em muitos, as atividades

agropecuárias precisarão ser mais incentivadas, mas em outros as atividades não agrícolas poderão compor as estratégias de desenvolvimento. Nesse contexto, o turismo e o lazer podem desempenhar um papel importante.

Como pode ser percebido, o conjunto das atividades exercidas no meio rural, mas consideradas como não agrícolas, compreende uma série de atividades voltadas ao lazer, ao turismo e ao esporte e que têm ganhado relevância à medida que servem como compensação à crescente deterioração da qualidade de vida no meio urbano. Tais atividades têm contribuído significativamente à elevação da renda e do emprego no meio rural. E as pessoas ocupadas no meio rural em ramos de atividades não agrícolas tinham renda média maior do que a dos que trabalhavam em atividades agropecuárias, em 1990. Na média geral, as rendas provenientes das atividades outras que não das atividades agropecuárias *stricto sensu*, superavam estas em quase um terço (BASTIANI, 2001).

Em função das mudanças nas unidades produtivas agropecuárias duas grandes transformações ocorrem: a) nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares, liberando alguns membros das famílias para se ocuparem em outras atividades, alheias a sua unidade produtiva; b) os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo de trabalho reduzido, de tal sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não. Também derivados das mesmas transformações, os agricultores com essas atividades vieram a ser conhecidos como “part-time farmers”, pois não dedicavam mais todo o seu tempo de trabalho às atividades agrícolas dos seus estabelecimentos. A diferença entre os termos está na unidade de análise: o primeiro diz respeito às famílias e seus membros; enquanto que o segundo diz respeito ao estabelecimento agropecuário, observando-se o tempo dedicado ao estabelecimento pelas pessoas envolvidas nas suas atividades agropecuárias (SILVA & DEL GROSSI, 1997).

No entanto, os novos espaços rurais são dinâmicos e heterogêneos. Ao mesmo tempo que emergem formas alternativas de trabalho e renda no seio das pequenas propriedades rurais, resistem e se fortalecem cada dia mais as antigas e tradicionais formas de ocupação da terra e trabalho, por meio da exploração da mão de obra alheia e da proletarianização do camponês nos grandes latifúndios e nos complexos agroindustriais, pois há uma cultura e modos de vidas rurais que não desapareceram,

como diversificação da produção; o retorno de tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural, a democratização da organização produtiva e agrária pois o meio rural é complexo, multiforme e, sobretudo, humano. Do ponto de vista teórico, para explicar e compreender as mudanças estruturais no meio rural brasileiro ocorridas nas últimas décadas, é preciso contemplar a diversidade de atividades econômicas que emergiram no campo; é inegável que o papel do novo rural brasileiro trouxe em seu bojo vários segmentos, mecanismos e estratégias nas formas de ocupação e trabalho (FIGUEIREDO, 2009).

Portanto, não é distinta a afirmação que as novas características trouxeram, sim, um novo modo produtivo, ou seja, novos objetivos, mesmo que infundados no econômico, mas pode-se produzir como prática tradicional vinculado a um processo prazeroso dentro do complexo modo que amplia o agronegócio em proporções econômicas. Reis (2006) enfatiza que crescem as ocupações associadas a uma nova dinâmica no meio rural derivada da presença crescente dos setores secundário e terciário, em atividades do tipo urbano, mas localizadas dentro de áreas rurais, a exemplo das ligadas ao lazer, ao turismo e mesmo à terceirização de parte das atividades do processo produtivo da agropecuária.

2.2.1 Rio Grande do Sul no contexto histórico do Novo Rural

Em comparativo com a situação vivida pelo país na década que se deu o Novo Rural Brasileiro, o Rio Grande do Sul também sofria mudanças no caráter social e econômico que merecem destaque. Como descrito, até a década de 50, os municípios possuíam grande área territorial e eram subdivididos em muitos distritos. Após, consequentemente ao êxodo rural que se instalava pelo país e não diferente da realidade gaúcha, deu-se início ao processo de municipalização com criação de inúmeros municípios com uma extraordinária aceleração de desmembramentos, o que fez que passasse de 102 para cerca de 242 municípios, sendo a grande maioria nas regiões das Colônias (Velhas e Novas), sendo que nenhum foi criado nessa época nas regiões de pecuária extensiva do sul do Estado (regiões da Campanha e Serra do Sudeste) (SILVA NETO & FRANTZ, 2003).

A região da Campanha Gaúcha, a qual faz parte o município deste estudo e para tanto será dado ênfase, tem como característica principal o predomínio das grandes propriedades agropecuárias. Trata-se de uma região que historicamente teve sua economia voltada para a produção de carne e lã. Todavia, a pecuária bovina esteve abaixo da média do Estado na época em que se dava o Novo Rural, em contrapartida que a ovinocultura desfrutou melhor situação. Em meados século XX, passou a ser introduzida a lavoura do arroz, seguida, mais recentemente, pelas do trigo (décadas de 50 e 60) e da soja (década de 70). Já na década de 80, a Campanha apresentou pior desempenho, já que sua participação relativa no total do Estado apresentou uma tendência nitidamente declinante (ALMEIDA et al, 1990).

Caracterizada por grandes propriedades, a região teve efeitos econômicos limitados a longo prazo, uma vez que restringiriam o poder de crescimento econômico da região pelo surgimento de retornos decrescentes da atividade principal, pois a concentração tenderia a levar uma parcela considerável da população à exclusão da economia de mercado. A distribuição de renda desigual fez com que se gastasse a maior parcela da renda com gêneros de primeira necessidade. Por outro lado, os latifundiários tenderiam a gastar seus rendimentos em importações de bens de luxo. Assim, a produção de manufaturados na região ficaria restringida e a longo prazo, estagnaria. (AREND & CARIO, 2010)

Logo, a pecuária deixou de ser atrativa e segundo Almeida et al (1990), a mesma não foi capaz de competir, em termos de custos, com a desenvolvida em outras regiões do País. Além disso, há que se considerar a concorrência representada por outros segmentos, como é o caso da avicultura, apta a produzir proteínas animais a custos bem mais reduzidos, ocupando parte do mercado tradicional das carnes bovinas. Todavia, a Campanha ainda assim mantinha boa performance produtiva quando analisada sob a ótica da produtividade do arroz, o qual vinha com excelentes resultados, além da soja e o trigo.

Dada a "crise da economia gaúcha", o Estado Regional, então, recorre à transformação industrial. Sua principal estratégia foi atrelar aos planos de desenvolvimento da nação, garantindo investimentos para o rearranjo produtivo interno. Implantaram-se estabelecimentos industriais característicos do padrão tecnoproductivo fordista, vinculando-se aos ciclos da economia brasileira basicamente mediante pressões junto à União, no sentido de direcionarem-se investimentos para

a reestruturação do parque industrial regional, semelhante à transformação que ocorria em nível nacional (AREND & CARIO, 2010).

Esta nova situação teria obrigado os agentes econômicos a imprimirem uma série de transformações aos processos produtivos que estariam calcadas, fundamentalmente, na racionalização no uso de insumos, na utilização mais adequada dos solos e no aumento do consumo de fertilizantes por unidade de área, o que teria tido como consequência uma elevação dos níveis de produtividade em diversas culturas, além de provocar o crescimento das cidades consideradas de porte médio, uma vez que essas aglomerações respondem a necessidades vinculadas à presença da modernidade no campo. Com isso, implicou o surgimento de serviços complementares nas áreas de transporte, armazenagem, comunicação, assistência técnica, comércio, crédito, etc, o que redundou em crescimento do emprego e em maior complexidade na forma como a sociedade se estrutura. (ALMEIDA et al, 1990).

Isto caracteriza a inserção de uma nova era produtiva e com ela novos preceitos adquiridos na forma de produzir. Passa-se então a ser considerado os fatores de produção, sendo trazidos conceitos e métodos industriais para o campo. As cidades passam a se tornar referências em serviços e o meio rural fica em segundo plano quanto a aspectos sociais, não diferente do mesmo processo em que o país passava na época.

Contrário ao padrão produtivo anterior especializado na pecuária tradicional e nas charqueadas, a política econômica estadual passou a intensificar a diversificação produtiva e reduzir sua dependência externa. Desse modo, no decorrer do período em consideração, a estrutura produtiva diversificou-se em termos de produção e ampliou as relações capitalista que favoreceu a economia das colônias (Metade Norte), baseada na agropecuária familiar e com desdobramentos comerciais e industriais bastante diversificada e integrada. Mas cabe destacar que o Estado positivista, diferentemente da política do Império – que associava a expansão gaúcha ao progresso da pecuária bovina –, começou a incentivar também outras atividades, diversificando, assim, a matriz produtiva regional, onde a antiga classe dominante passou a perder hegemonia política e econômica. (AREND & CARIO, 2010)

No final da década de 1980, verificava-se a quase total ausência de segmentos produtores de bens "dinâmicos" na Metade Sul, majoritária em setores especializados. O fato surpreendente é que a Metade Norte concentrava ramos dinâmicos, mas

também os "tradicionais". Isto representa o fato da Campanha optar por continuar atrelados ao salgamento da carne e não investindo recursos no processo de frigorificação, o que demandaria um esforço de aprendizagem e mudanças em regras informais. Sendo assim, com a possibilidade de retornos crescentes da atividade ligada a pecuária, determinou a escolha por formas específicas de organização (charqueadas, trabalho escravo, frigoríficos), excluindo outras. Desse modo, a escolha é racional, porém a presença de externalidades criadas pela aprendizagem dos agentes implica que o processo selecione certa atividade produtiva e exclua outra, podendo a região apresentar uma rigidez estrutural, institucional e tecnológica (AREND & CARIO, 2010).

Embora o subsistema pecuário-charqueador tenha sido altamente rentável no século XIX, do ponto de vista histórico evolucionário foi levando a região a uma opção inferior. Logo, a problemática da produção especializada da região Sul e de seu baixo dinamismo no longo prazo requeria atitudes locais que levassem a Campanha à migração da produção de charque para a frigorificação da carne. Abriu-se uma janela de oportunidade para o setor pecuarista e ocorreu uma inovação tecnológica radical e mudança de paradigmas no setor de alimentos específico dessa região (AREND & CARIO, 2010).

Para tanto, não se pode deixar de relacionar os fatos vividos pelo Estado e o País nas décadas que compreenderam dos anos 60 aos finais de 80 do século XX. O Brasil rural passou à urbano e o Estado do Rio Grande do Sul, característico culturalmente pela sua pecuária, deixou-se ocupar por áreas de cultivos agrícolas. Logo, a era industrial que ocasionou este Novo Rural, trouxe paralelo seus costumes que modificaram uma era, um tempo e métodos produtivos. O novo rural, que trouxe a novidade em produzir por processos definidos o que antes era empírico.

3 CARACTERIZAÇÃO DO LAZER EM PRODUZIR

Ainda hoje é escassa a literatura sobre quanto pagamos pelo nosso lazer, que não se baseia apenas em diversão nos grandes centros urbanos ou prática de esportes. No meio rural, o lazer pode ser mensurado de diferentes formas e o intuito desta pesquisa é a quantificação do mesmo através da demonstração pela produção da ovinocultura baseada no tradicionalismo gaúcho. Na realidade, o tema lazer ainda é um debate relativamente recente a partir da década de 60. Logo, houve a preocupação por horas de trabalho e a importância do que se fazia no ócio, antes até então nunca discutido.

Na tentativa de conceituar o lazer, recorre-se à definição do dicionário. Segundo Luft (1991), lazer: ócio; descanso; vagar. Ainda, o ócio, então, define-se como “folga do trabalho”; “descanso”; “lazer”. Para tanto, percebe-se que até mesmo o conceito vem associado a trabalho e a ausência dele como característico de um estado de lazer. Logo, o que se faz nas “horas vagas” e que não sejam preenchidas por aspecto ligado à economia e finanças estaria sujeito a definição de lazer. Porém, por que não investir em lazer produtivo?

Facilmente associado à cultura, o lazer se manifesta em percepções até então não detalhadas como a produção pecuária. No Estado do Rio Grande do Sul, não é raro percebermos a criação ovina em boa parte das propriedades rurais, muitas vezes ainda denominada para o “próprio consumo”, de maneira que pode não ser rentável em muitos casos. O que faz este tipo de produção ainda ser presente em tempos atuais? O lucro é consequência de uma prática prazerosa ou é fruto de um trabalho aplicado de fato? Por que ainda permanecemos cultivando algumas produções e não outras? Afinal, o que nos leva às nossas escolhas?

3.1 Produzir por tradição?

No âmbito da atividade agropecuária, o processo de iniciar a exploração da atividade agrícola faz parte de uma tradição familiar de vivência onde os filhos aprendem com os pais as tarefas e suas rotinas, modos de produção, estilo de vida e padrões de conduta em família e perante a sociedade em geral. Adentrar no negócio agrícola, na grande maioria das vezes, não faz parte de uma escolha entre alternativas de investimento disponíveis no mercado e de forma análoga ao que acontece no meio

urbano. Em geral essa escolha dá-se mais por um processo de legar, transcendendo de gerações em gerações, muitas vezes privilegiando o(s) descendente(s) do sexo masculino, e tem uma forte vinculação ao que denominamos de afetividade em relação à terra. Tais decisões englobam escolhas tais como: culturas, tecnologias, máquinas, benfeitorias, modos de financiamento de investimentos de longo prazo, do capital de giro e mercados (BASTIANI, 2001).

Logo, observa-se o fenômeno entre gerações em que, por determinados motivos, alguns filhos se veem obrigados a migrar do campo para a cidade; seja pelo baixo incentivo à sucessão rural, busca por aperfeiçoamento profissional ou simplesmente pela falta de área para que todos os filhos permaneçam na propriedade. Mas o fato é que a ligação do homem ao campo é transcendental e não raramente vê-se o regresso ao campo, senão pela busca da realização profissional, mas principalmente de âmbito pessoal.

Ao que se percebe, é a dificuldade das pessoas, em especial aos produtores, identificar o lazer em meios as atividades produtivas. Muitas vezes, a produção escolhida é indiretamente ligada a um prazer cultural. Porém, não se reconhece e por muitos o reconhecimento como um lazer tiraria o caráter de trabalho para o de divertimento, como sempre associado. Até porque o lazer, pelo seu histórico na importância conforme descrito por Martins (2011), lazer e trabalho foram distorcidos por uma herança de valor em que o trabalho aparece como um dever moral, superior e como um fim em si mesmo, enquanto o lazer seria uma forma de preguiça, uma indulgência, um prazer que nas sociedades industriais teria uma avaliação negativa na escala de valor nominal.

Confirma-se pela afirmação de Marcellino (1987) ao enaltecer que valoriza-se a “performance”, o produto e não o processo de vivência que lhe dá origem; estimula-se a prática compulsória de atividades denotadoras de moda ou “status”. Além disso, o caráter social requerido pela produtividade, confina e adia o prazer para depois do expediente, fins de semana, períodos de férias, ou, mais drasticamente, para a aposentadoria.

Para tanto, é possível vivenciar o lazer no meio rural de forma que a produtividade seja uma consequência do lazer e não da busca do lucro propriamente dito, como define Grunennvaldt et al (2009) que enaltece a questão das manifestações do lazer das pessoas que ocorrem neste ambiente, não como algo que se contrapõe

ao mundo trabalho, mas algo que faz parte da vida do ser humano que produz cultura, mesmo que, em grande medida, o campo passou a ser relacionado como uma forma natural de vida, de paz, de inocência baseada em virtudes simples. Já a cidade fora associada a centro de realizações, de saber, comunicação e luz. Mas, também se criou uma mentalidade com associações negativas aos termos: cidade relacionada ao barulho, à vida mundana e demasiada ambição; o campo como o lugar de atraso, de pessoas mais ignorantes e limitação em oportunidades.

3.2 Ovinocultura gaúcha: lucro ou lazer?

A ovinocultura representa para o estado do Rio Grande do Sul, além da importância econômica, uma forte relação com a construção da identidade cultural do mesmo. Historicamente importante, o rebanho ovino está presente no estado gaúcho desde o século XVII onde a produção era destinada a elaboração de produtos oriundos da lã como peles e pelejos para montaria, e também para a fabricação de ponchos e cobertores artesanais. O rebanho cresceu gradativamente no estado, que possuía em 1797 cerca de 17.000 ovinos, e com a melhoria na qualidade de lãs produzidas, este rebanho era de 800.000 cabeças no ano de 1859 (VIEIRA & SANTOS, 1967).

A produção ovina atravessou períodos de crises e progressos. Bofill (1996) relata que a década de 40 foi extremamente rica, marcada pelo surgimento de grandes organizações que deram respaldo ao crescimento do setor. Durante as décadas de 50 e 60 a atividade se consolidou como a maior riqueza existente nos campos gaúchos, com o produto lã sustentando todas as necessidades das estâncias. A década de 70, porém, foi caracterizada pelo apoio à agricultura e pelo começo do avanço da lavoura sobre as áreas de pecuária. A mudança de orientação do crédito rural, a queda do preço da lã no mercado internacional e a falta de subsídios para as cooperativas configuraram um contexto de dificuldades para a ovinocultura durante a década de 80. (VIANA & SOUZA, 2007)

No decorrer da década de 90 os problemas aumentaram, os preços da lã continuaram a cair devido aos altos estoques australianos e à entrada de tecidos sintéticos no mercado. Nocchi (2001) ressalta que outros fatores durante a década de 90 também influenciaram na desvalorização da lã, como o colapso da URSS e a crise econômica na Europa Ocidental e na Ásia, que reduziram a demanda de lã no

mercado internacional. O público consumidor de tecidos começou também a mudar seus hábitos, deslocando seu consumo para confecções de algodão, sintéticos e misturas de fibras, instalando, desta forma, a crise mundial no setor, de forma que muitos produtores, nos anos subseqüentes, deixaram a atividade e passaram a investir em outros setores mais rentáveis, o que causou redução drástica no rebanho de raças laneiras que acabou dando espaço para a entrada de raças especializadas em carne. (VIANA & SOUZA, 2007)

Mesmo com esse mercado novamente aquecido, a ovinocultura gaúcha ainda sofre devido à baixa competitividade no mercado internacional, além de apresentar sérias dificuldades para suprir a atual demanda interna sem recorrer a contínuas importações. Esta situação é devido à baixa qualidade da carne produzida, os altos custos e baixa escala da produção (CALVETE & VILLWOCK 2007). Além disso, possui entraves que impedem o devido desenvolvimento, como a presença de pequenos lotes com falta de homogeneidade corporal, de peso e de idade de terminação e a informalidade da comercialização dos produtos (SILVA ET AL, 2013).

Porém no período de 1980 a 1990, com a introdução dos tecidos sintéticos no mercado têxtil e aos elevados estoques australianos de lã, ocorreu uma crise no setor laneiro, motivando drásticas reduções das exportações da Austrália no período (VIANA e SILVEIRA, 2009). Como consequência da crise, o rebanho ovino iniciou um processo de declínio, chegando no ano de 1998 a possuir apenas 35,30% do total do rebanho de 1989, correspondendo a 8,5 milhões de cabeças (NOCCHI, 2001).

Mesmo com a mudança na dinâmica do setor da ovinocultura do estado, Silveira (2005) aponta alguns fatores que indicam uma retomada da produção ovina, como a tradição e potencial socioeconômico da atividade na região, o ambiente natural favorável ao desenvolvimento da espécie ovina e a crescente demanda observada pela carne de qualidade.

Atualmente o rebanho ovino do Rio Grande do Sul representa 28% do total nacional, e quanto a sua distribuição geográfica tem uma concentração nas regiões Sul, Centro-Sul e na Campanha gaúcha (CARVALHO, 2006), em um rebanho de aproximadamente 3,7 milhões de cabeças, conforme o Levantamento Pecuário de 2012 (SEE/DDA/SEAPA-RS, 2012).

Ainda pouco explorado o modo produtivo por conta de um tradicionalismo presente na história do Estado, a ovinocultura atua também como forma de vínculo

entre o passado histórico-cultural do povo gaúcho e os dias de hoje, em que a produção também demonstra ter importância no cenário não só da comercialização, mas sim de um lazer no meio rural ainda pouco explicado.

Trabalho e lazer, apesar de possuírem características distintas, integram a mesma dinâmica social e estabelecem relações dialéticas. É preciso levar em conta o dinamismo desses fenômenos, atentando para as inter-relações e contradições que eles apresentam. Em virtude deste aspecto, trabalho e lazer não constituem pólos opostos, representando faces distintas de uma mesma moeda. É importante enfatizar que, na vida cotidiana, nem sempre existem fronteiras absolutas entre o trabalho e o lazer, tampouco entre o lazer e as obrigações profissionais, familiares, sociais, políticas (GRUNENVALDT ET AL, 2009).

Pode-se ainda dizer que o lazer é uma dimensão da cultura construída socialmente, em nosso contexto, a partir de quatro elementos inter-relacionados:

- Tempo, que corresponde ao usufruto do momento presente e não se limita aos períodos institucionalizados para o lazer (final de semana, férias, etc.);
- Espaço-lugar, que vai além do espaço físico por ser um “local” do qual os sujeitos se apropriam no sentido de transformá-lo em ponto de encontro (consigo, com o outro e com o mundo) e de convívio social para o lazer;
- Manifestações culturais, conteúdos vivenciados como fruição da cultura, seja como possibilidade de diversão, de descanso ou de desenvolvimento;
- Ações, que são fundadas no lúdico – entendido como expressão humana de significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com a realidade.

Tomando esses quatro elementos como referência, observa-se que o lazer se inscreve no seio das relações estabelecidas com as diversas dimensões da nossa vida cultural (o trabalho, a economia, a política e a educação, entre outras), sendo institucionalizado na atualidade como um campo dotado de características próprias. Sendo assim, pode-se produzir por lazer.

As mudanças não foram apenas de ordem produtiva. A queda no preço da lã e a necessidade de maior produtividade dos sistemas de produção ovina demandaram também ferramentas de controle econômico da produção. No entanto, grande parcela dos produtores rurais ainda utiliza apenas a experiência e tradição como fonte de

informação para a tomada de decisões, sem utilizar técnicas de gestão econômica adequada para tal fim. (VIANA, 2012).

No entanto, uma produção pecuária marcada por crises e desestímulos no setor ainda se perpetua nos campos sulinos. Ainda em tempos atuais, permanece-se a criação de ovelhas para o único objetivo de consumo próprio das propriedades, assim como raças laneiras que como antes citado, perdeu parte do seu rebanho para o de perfil carne. O que leva a permanência de tradições produtivas arraigadas pelo tempo e história da colonização do Rio Grande do Sul ainda na era da tecnologia e a busca pelo lucro?

Por isso, não é distante a proposição de Grunennvaldt et al (2009) ao afirmar que fazer algo pelo simples fato de que a finalidade está no próprio fazer, obter alegria somada ao prazer da execução das atividades, como propõe o dito popular “chutar latas”, que pode ser apenas observar o entardecer, uma pescaria com um amigo, comer fruta da estação no próprio pé, observar o céu estrelado, tomar banho de rio, andar a cavalo, realizar a atividade é a própria recompensa, sem expectativa de algum benefício futuro.

Dumazedier (1973) enuncia seu conceito de lazer, que é compreendido como “[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.” Por situar o lazer como um “conjunto de ocupações”, restringindo o fenômeno à prática de determinadas atividades.

Para tanto, é possível vivenciar o lazer no meio rural de forma que a produtividade seja uma consequência do lazer e não da busca do lucro propriamente dito. A pouca percepção do lazer no dia-a-dia, sendo apenas identificado nas horas vagas ou dias de folga, demonstram o quanto se perde em análise quantitativa do mesmo. Ainda assim, referencia-lo com o quanto se dispense em aproveitar os momentos de lazer propriamente dito não está incluso dentro de um fluxo de caixa que o determine como custo. Logo, quanto se gasta com lazer? Muitos diriam o valor gasto em viagens, festas e o que caracterizam como luxo. Porém, quanto se gasta em escolhas relacionadas a nossa história, origens e descanso pode-se dizer por quê não viajamos e basta ao ser humano contemplar o campo e os animais pastando. O simples investimento nesta contemplação acaba que por gerar lucro, uma vez que os

animais constituem um capital físico na propriedade. Quantificar este investimento em troca de escolhas como viagens e afins pode estar somente no âmbito de conceitos.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para realizar este trabalho, optou-se pela pesquisa de campo, onde foi possível coletar dados e presenciar a realidade da comunidade local alvo deste estudo. A pesquisa foi dividida em fase de aproximação do objeto de pesquisa, realização das entrevistas, análise de dados para elaboração do trabalho e elaboração do trabalho escrito, a qual se realizou no município de São Sepé-RS no período corrente de 2014 a 2015.

O referencial teórico firmou-se na busca por literatura referente ao tema, que embora escassa, pode-se agregar conteúdo ao estudo em questão. Ainda hoje, debates que envolvem lazer em produzir baseado no tradicionalismo demonstram o caráter qualitativo do mesmo, o que denota ainda a falta de pesquisa quantitativa neste campo de estudo. Pode-se concluir também que o meio rural, além de haver poucos resultados científicos para este, carece de pesquisas que o evidenciem dentro de questões tanto qualitativas quanto quantitativas em esferas econômicas como culturais.

A pesquisa de caráter descritiva realizou-se através de uma entrevista com perguntas abertas e fechadas aplicada aos produtores. Segundo Gil (2011), pesquisas deste tipo tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis de um grupo e vão além da simples identificação da existência entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação.

Para análise das entrevistas, foram aplicadas 32 perguntas à 17 produtores de São Sepé-RS, sendo estes participantes ativos da Associação Sepeense de Ovinocultores e por se destacarem em iniciativas de fomento à produção, foram elegidos para aplicação da entrevista. Para tanto, foram divididos quanto a sua forma de exploração à ovinocultura, sendo três produtores que gostariam de criar ovelhas, quatro que as criam somente com a finalidade do consumo, dois produtores que criam somente ovinos na propriedade e oito que realizam o consórcio ovinos, bovinos e lavoura. Não foram avaliados gênero e idade dos entrevistados, tampouco número de animais em cada propriedade.

A seleção dos mesmos ocorreu de forma intencional junto às propriedades com presença da ovinocultura do município de São Sepé - RS, a fim de determinar quais

questões serão trabalhadas e contextualizadas em cada propriedade, em ordem prioritária de caráter cultural. A escolha deste município deu-se pela sua característica produtiva e com raízes históricas na pecuária sulina do Brasil, onde caracteriza a ovinocultura como contribuinte da formação da cultura e economia de São Sepé que a realçam neste panorama

Os produtores, ao serem entrevistados, mostraram-se otimistas com o cenário da ovinocultura a nível municipal e estadual, sendo o município e o Estado tradicionais na pecuária ovina. Permitiu-se analisar quais as características pertinentes que mantem a produção e de que forma o lazer está inserido. que pode relacionar a produção com viés produtivo econômico assim como pelo aspecto sociocultural. Percebe-se que ambos, em determinado momento, unem-se no propósito produtivo, sendo que um não anula o outro.

O número de entrevistados limitou-se no momento em que se percebeu a saturação dos dados, tendo desta forma a valorização das variáveis de interesse. Os produtores participantes deste processo foram intencionalmente escolhidos pela demonstração de interesse na ovinocultura, uma vez que são peças chaves no município como propulsores da produção e associados da recente associação fundada em São Sepé.

A saturação designa o momento em que o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa não altera a compreensão do fenômeno estudado. É um critério que permite estabelecer a validade de um conjunto de observações. O esquema de saturação é objetivamente válido à medida que ele satisfaz as exigências lógicas de julgamento em um universo determinado. Enquanto a validade empírica é a correspondência de uma hipótese ou de uma teoria à realidade factual, a validade objetiva é a adequação de uma conjectura ou de uma teoria a uma explicação lógica. Trata-se de um processo de validação objetiva em pesquisas que adotam métodos, abordam temas e colhem informações em setores e áreas em que é impossível ou desnecessário o tratamento probabilístico da amostra. É uma das formas de lidar com o paradoxo da amostragem (THIRY-CHERQUES, 2009).

A análise dos dados se dará por correlação das variáveis quantitativas e qualitativas abrangidas nas perguntas da entrevista, que tem por intuito caracterizar os modos produtivos enaltecidos e demonstrar como ocorrem, elevando critérios culturais e econômicos e desta forma poder evidenciar a relação da produção e o lazer

e de que maneira está inserido e identificado pelos produtores, afim de quantifica-lo em sua existência dentro da ovinocultura no município de São Sepé.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 A Ovinocultura Sepeense

O município de São Sepé está situado na região central do Estado do Rio Grande do Sul (figura 1). Há uma distância de 260 km da Capital Porto Alegre, possui como referência o município de Santa Maria, situado há 54km. Com cerca de 24 mil habitantes, conta com 138 anos de emancipação política administrativa. Segundo dados declarados pela Prefeitura Municipal de São Sepé (2015), a economia é voltada para atividades agropastoris, com forte produção de grãos como arroz e soja, dentre outras culturas. O índice de desenvolvimento humano – IDH, é de 0,708. (Prefeitura Municipal de São Sepé, 2015).



Figura 1 – Mapa do Estado do Rio Grande do Sul com ênfase ao município de São Sepé. Fonte: site Wikipedia.

Com uma população constituída em sua maioria urbana, possui representatividade de 20,5% rural (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010). O município que possui expressiva contribuição da agropecuária (Figura 02) em sua economia, pôde acompanhar a evasão de pessoas para os centros urbanos, em especial para outros municípios.

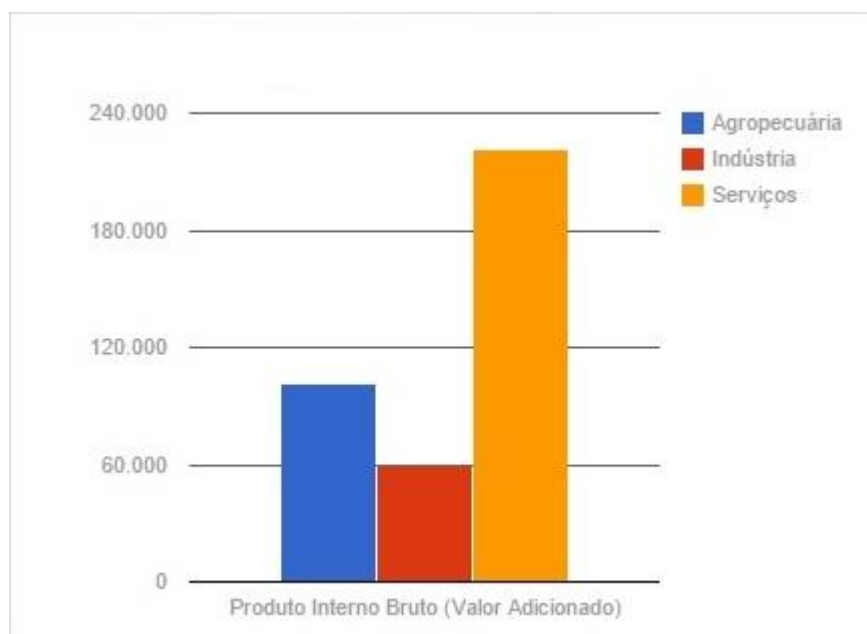


Figura 02 – PIB do município de São Sepé – contribuição da agropecuária.
Fonte: IBGE, 2015.

Acredita-se que a falta de indústrias e a busca por melhores condições de vida tenha levado muitas pessoas a emigrarem, uma vez que a população urbana ganhou espaço e a mão-de-obra passou então por modificações, logo que desempenhar funções em propriedades rurais já não possuíam características para tais. Esta nova configuração demonstra a queda populacional que São Sepé enfrentou pós Novo Rural Brasileiro (figura 3).

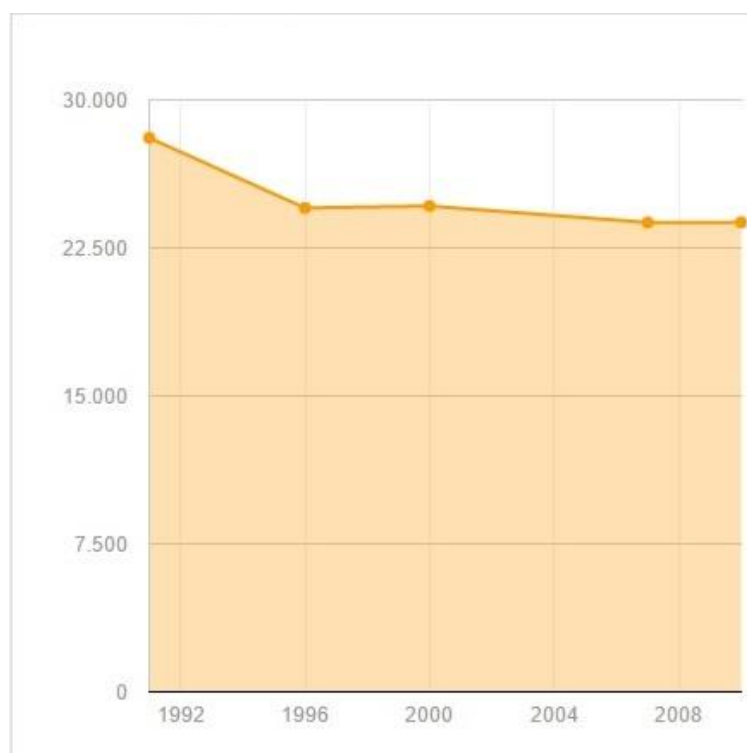


Figura 03 – Queda da população sepeense pós Novo Rural. Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

A agropecuária sempre movimentou a economia e também no âmbito cultural do município, que se formatou nos moldes rurais. Mesmo que o urbano se sobressaia no cenário atualmente, ainda assim produção agropecuária que mobiliza financeiramente São Sepé. Para tanto, as duas principais empresas presentes com maior destaque econômico no município são oriundas da produtividade agrícola, que com a necessidade de progredir o setor no município fundou-se uma cooperativa e uma sociedade anônima. A Cooperativa Tríticola Sepeense Ltda (COTRISEL), fundada com o intuito de destinar a produção de trigo e que inclusive no auge da lã ovina, serviu como recebimento das bolsas de lã e remunerou muitas propriedades sepeenses. Atualmente, beneficia a produção orizícola e emprega um número significativo de funcionários, com um quadro geral de 817 colaboradores. Já a outra

empresa, Arrozeira Sepeense, sociedade anônima, foi a primeira a lançar mão da alternativa de qualificar a produção de arroz, porém nunca expandiu para os setores da pecuária. No entanto, tem atuação significativa na economia local e estadual assim como a cooperativa que já atua no cenário nacional.

A ovinocultura sempre esteve presente no município, o qual com destaque pelo apreço dos produtores pela lã e carne, além da valorização genética à produção. Assim, além da lã ter sustentado por muito tempo as propriedades e a carne abastecido os pratos, a ovinocultura sempre teve espaço também na comercialização e geração de renda no município, com estima em feiras municipais, regionais e estaduais, reconhecidas por ovinos de qualidade.

Assim como em São Sepé, a ovinocultura é uma atividade pecuária desenvolvida nas mais variadas estruturas fundiárias, seja em pequenas propriedades de caráter familiar ou não, como em grandes explorações, sendo fonte de renda e de proteína animal.

Nota-se que o crescimento da ovinocultura na primeira metade do século XX esteve associado ao desenvolvimento de um ambiente institucional sólido capaz de suportar o progresso da criação no Rio Grande do Sul. Apareceram instituições com regras formais por meio de leis sanitários e políticas públicas ao fomento da produção ovina que acabou por estimular o cooperativismo e organização da classe através da criação e difusão de novas tecnologias destinadas ao ganho em produtividade. (VIANA, 2012)

Nesse período, a ovinocultura sustentava as estruturas de trabalho, dava solidez e suportava com segurança as grandes crises ocasionadas pelas secas cíclicas que assolavam a região do pampa de sete em sete anos (1940 – 1970). A lã era o principal produto de comercialização da ovinocultura do Rio Grande do Sul, enquanto que a ovinocultura de corte era destinada para o autoconsumo de carne da propriedade (70%), abatidos em matadouros (20%) e em frigoríficos (10%) (VIANA, 2012). Para tanto, este cenário nutriu empreendimentos no município como as cooperativas e barracas de lã que desfrutaram o bom momento da ovinocultura local. Nesta época, além das propriedades serem em sua maioria, grandes extensões de terra, grande parte mantinha rebanho ovino para a manutenção do consumo de carne aos empregados, bem como o bom lucro advindo da lã.

De tal modo, pelo fato da fronteira do Rio Grande do Sul não ter descoberto até 1960 qual era agricultura às suas terras e climas, o rebanho ovino multiplicou-se por toda região, evolui sob orientação oficial, transformou-se na razão de ser da produção primária, formando estruturas de trabalho que deram suporte e segurança à criação e comércio da matéria-prima oriunda da bovinocultura (BOFILL,1996).

Nesta mesma década, ocorreu a modernização agrícola pelo apoio governamental como o crédito subsidiado, além das taxações de preço mínimo para estimular a agricultura gaúcha. Logo, deu-se a importância ao cultivo do arroz, que cresceu consideravelmente, tornou-se organizada e desta forma ocupou espaços anteriormente destinados a pecuária e conseqüentemente a ovinocultura em questão, ao passo que sucedeu a crise do comércio da lã.

A tecnologia de produção de cordeiros pesados surgiu como alternativa de diversificação dentro da ovinocultura frente a crise da lã. Nos anos 2000, o comércio de carne ovina já estava orientado na produção de um produto diferenciado e de alta qualidade com alcance em mercados internacionais, respaldada pelo apoio e geração de tecnologias de organizações e universidades (VIANA, 2012).

Em quase totalidade das propriedades sepeenses utilizam o campo nativo dentro do manejo nutricional das ovelhas. Quando manejadas em pastagens é conseqüente de uma integração com a bovinocultura de corte. Estas características vai ao encontro do relato de Viana (2012) que o mesmo ocorre em todo Estado e também no Uruguai e exemplifica que o caráter extensivo da produção ovina é característica marcante da atividade, especialmente até a crise internacional da lã, onde a produção dependia quase exclusivamente da produção da fibra, sem a necessidade da terminação de animais jovens para abate em escala comercial e além do que a utilização das pastagens naturais do bioma pampa possibilita bons rendimentos produtivos. O que não difere muito na produção atual, porém já vem ocorrendo o investimento de pastagens até então nem sempre destinadas aos ovinos.

De forma que, segundo Aguilera (2011), intrínseco a ovinocultura muitas são as mudanças que aconteceram e que ainda estão presentes ora viabilizando, ora inviabilizando, onerando representativamente tanto a produção quanto a comercialização. Alguns aspectos têm relação direta com essa flutuação. Entre estes, destacam-se a instabilidade do preço da lã e da carne ovina, a migração para outras

atividades agrícolas, abigeato e a diminuição da mão-de-obra especializada no manejo da criação ovina.

O interesse industrial pela carne ovina vem crescendo devido à demanda em ascensão, diversificação e possibilidade de venda “casada”, que consiste no acesso de mercados nas quais exigem o fornecimento de carne ovina e bovina. Entretanto, os frigoríficos ainda enfrentam características limitantes como: sazonalidade de oferta, fornecimento de animais jovens concentrado nos meses do fim do ano; matéria prima com baixa uniformidade, carcaças de diferentes pesos e deposição de gordura e; alto custo operacional, devido às plantas frigoríficas serem especializada para o abate de bovinos. A heterogeneidade dos sistemas de produção, a desorganização do setor e a competição com os preços de carne ovina importada são as principais características mercadológicas limitantes para o desenvolvimento do setor. Estes fatores se agravaram nas últimas décadas devido a grave crise conjuntural e estrutural na qual o setor ovino passou, desestimulando muitos produtores e indústrias a investirem na atividade. (VIANA ET AL, 2010)

Conforme o Censo Agropecuário (2006), o município de São Sepé possui um efetivo de mais de 33 mil cabeças de ovinos, ocupando o 27º lugar quanto em rebanho efetivo comparado a outros municípios (Figura 04). Ao todo, são 534 estabelecimentos agropecuários (Figura 05). Segundo a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul, após um levantamento em 2008, São Sepé possui 1098 propriedades rurais cadastradas, o que significaria que em torno de 47% das propriedades do município há presença de ovinos. Esta produção, que conta com raças de lã e de carne, está distribuída em pequenas e grandes propriedades, não caracterizando apenas a um modelo produtivo, com uma produção de nível cultural do município, sendo para o próprio consumo e com grande dificuldade de comercialização. Uma característica que diferencia o modo produtivo no município, com a tendência em função da região do Estado em que se encontra, é a criação de ovinos pela agricultura familiar. Como não há cultura por parte da sua história, a produção de leite está abaixo da de ovinos, sendo assim, a criação desta em propriedades com pequeno espaço é dada prioridade a de ovelhas.

Posição	Município	Rebanho efetivo
1º	Santana do Livramento	394.232
2º	Alegrete	230.770
3º	Quaraí	154.205
4º	Uruguaiana	150.806
5º	Dom Pedrito	135.397
6º	Rosário do Sul	131.399
7º	São Gabriel	125.841
8º	Pinheiro Machado	111.918
9º	Herval	110.958
10º	Piratini	110.222
11º	Bagé	83.749
12º	Encruzilhada do Sul	69.470
13º	Jaguarão	68.852
14º	Caçapava do Sul	67.663
15º	Santiago	65.631
16º	Lavras do Sul	65.247
17º	Bossoroca	60.346
18º	Santa Vitória do Palmar	56.500
19º	Pedras Altas	52.309
20º	São Borja	40.794
21º	Santana da Boa Vista	50.358
22º	Cachoeira do Sul	43.881
23º	Canguçu	39.158
24º	Itaqui	36.205
25º	Santo Antônio das Missões	35.215
26º	Arroio Grande	35.011
27º	São Sepé	33.138

Figura 04 – Principais municípios com rebanho efetivo. Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Posição	Município	Nº de propriedades
1º	Alegrete	1395
2º	Santana do Livramento	1318
3º	Piratini	1294
4º	Canguçu	1069
5º	Caçapava do Sul	1037
6º	Encruzilhada do Sul	992
7º	Rosário do Sul	901
8º	Santana da Boa Vista	881
9º	São Gabriel	811
10º	Pinheiro Machado	804
11º	Dom Pedrito	758
12º	Santiago	685
13º	Herval	652
14º	Cachoeira do Sul	630
15º	São Francisco de Assis	601
16º	Bagé	595
17º	São Sepé	534

Figura 05 – Municípios com propriedades criadoras de ovinos. Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Estes pequenos produtores do município estudado, a fim de obter melhores resultados na comercialização, fundaram uma associação. O intuito além de reunir animais para assim lograr um número expressivo de ovinos para abate e conseguir encaixar nos parâmetros de frigoríficos maiores, também visa capacitar os produtores para uma melhor produtividade de rebanho. Dentre várias ações estipuladas pelo grupo, aconteceu dias de campo, palestras e visitas técnicas. Vale ressaltar que a iniciativa de fundar com base nos princípios associativistas, nasceu a partir de um grupo de produtores de ovinos que vem sendo fomentado no município sob a forma de parceria com entidades como o SEBRAE, SENAR, Prefeitura Municipal, EMATER e Sindicato Rural.

A ovinocultura vem sendo promovida no município de São Sepé há algum tempo. Para tanto, programas especiais de fomento na produção ovina como o Juntos para Competir do SENAR/SEBRAE vieram até o município para mobilizar os produtores que aqui mantém sua produção. E no anseio de uni-los para fortalecer a comercialização e valorização da cadeia ovina, em abril de 2013, fundou-se a Associação Sepeense de Ovinocultores, a ASO.

Na data, a Assembléia Geral contou 16 produtores que deram início ao que hoje se consolida com um trabalho que ganha espaço no cenário municipal. Já na segunda reunião, 7 novos sócios entraram para somar forças a este trabalho e que hoje conta com aproximadamente 40 sócios que reconhecem as fragilidades do setor e buscam lograr êxito também no cenário político através da união e a mobilização em prol da ovinocultura e dela tirar benefícios e superar os entraves produtivos.

Com estatuto social e regimento interno, foram sendo feito os registros necessários para o reconhecimento da Associação. Sendo feita então a eleição por voto da diretoria, que é composta por um Presidente, Vice-Presidente, Secretária, Tesoureira, Vogal e Conselheiros Fiscais.

Para entidades como esta, Henrique (2009) salienta que busca-se formas diferentes de lidar com organizações que se orientam por valores distintos e que podem, por isso mesmo, buscar instrumentos diferentes, mesmo que inseridos numa lógica econômica que as forcem a se orientarem para o mercado. O autor vai além ao sustentar no atual contexto que a ideia básica da aplicação prática do conceito marketing para organizações que não visam lucro dá sinais inequívocos de ter atingido os seus limites, uma vez que se mostra incapaz de promover um salto qualitativo esperado com a atuação coletiva. Por outro lado, a visão tradicional dos públicos como unidades funcionais pouco dinâmicas vai cedendo lugar a uma noção de agrupamentos em forma de rede, essencialmente flexíveis, que precisam ser compreendidas como complexos sistemas de relacionamento.

Preocupados com a situação produtiva da carne ovina no cenário nacional e principalmente a nível estadual, os quarenta produtores associados lançaram mão da estratégia de dar visibilidade a carne ovina através da promoção do I Jantar do Cordeiro, onde os participantes do evento contaram com a oportunidade de degustar a carne ovina nos seus mais diversos preparos e desta forma promove-la como um produto digno de ser valorizado na mesa dos brasileiros.

Este tipo de abordagem possibilita ainda lidar com a questão fundamental de manter os sujeitos motivados e interessados em preservar seu vínculo fundamental, uma vez que os produtores foram os responsáveis pela organização de todo o evento. Isso só ocorre a partir de uma profunda convicção sobre o valor da causa e a manifestação de sua coerência no cotidiano, de tal forma que os próprios sujeitos sejam chamados a pensa-las e concretizá-las.

Além disso, o fator cultural é determinante para que estes produtores permaneçam na ovinocultura e o que também estimula a decisão de participar. Esta questão está diretamente ligada à experiência histórica de um povo e à sua tradição em relação a uma consciência participativa, o que a evidencia para a mudança social.

Segundo Mafra (2006), significados possíveis do verbo mobilizar são os de “dar movimento”, pôr em movimento ou circulação. É relevante observarmos que, quando projeto e movimentos lutam por determinadas causas, há um desejo de “movimentar” as estruturas, os significados, os entendimentos acerca de algumas questões, neste caso, a promoção da cultura de um povo que luta pela sua produção e que esta ganhe proporções maiores de comercialização.

Por buscar a efetividade, deve-se dar atenção especial a uma comunicação de menor cobertura, mas de maior impacto. É necessário um esforço permanente para colocar as questões principais no campo dos valores, dos elementos simbólicos com os quais as comunidades operam, em constante atenção para com os múltiplos significados que orientam a vida das comunidades. Esforço tal que a ASO buscou para dar ação e suas lideranças empreenderam estrategicamente.

Henrique (2009) é enfático ao afirmar que as pessoas precisam sentir-se como parte do movimento e abraçar verdadeiramente sua causa. Sendo a participação uma condição intrínseca e essencial para a mobilização, a principal função da comunicação é gerar e manter vínculos entre os movimentos e seus públicos, por meio do reconhecimento da existência e importância de cada um e do compartilhamento de sentidos e de valores. Para tanto, o modo como foi conduzido o projeto e a concretização do Jantar teve direção nestas raízes da comunicação, a fim de gerar a co-responsabilidade, que existe quando o público age por se sentir responsável para com o sucesso do projeto, entendendo sua participação como essencial ao todo.

Pois a função básica de gerar e manter vínculos dos públicos com o movimento depende, segundo o autor:

- difundir informações: dirigida e de massa, dando visibilidade da iniciativa aos diversos atores que por algum motivo tenham sido eleitos como potencial. A difusão de informações a respeito do movimento é fundamental para que as pessoas tenham conhecimento de sua existência, conheçam suas propostas, seus objetivos e formem um julgamento sobre ele. No caso da ASO, há reuniões mensais e sempre que possível é promovido dia de campo, palestra e entrevista sobre o andamento da

associação, de forma que todos tenham a mesma informação sobre o trabalho realizado.

- promover a coletivização: a coletivização pode ser alcançada pelo sentimento e certeza de que não se está sozinho na luta pela mudança, há outros atuando com o mesmo sentido e propósito. Distingue-se da simples divulgação porque há um compromisso com os resultados e espera-se que as pessoas não apenas tomem conhecimento da informação, mas incorporem-na de alguma forma, utilizem-na, compartilhem-na e tornem-se elas próprias fontes de novas informações. A circulação de informações legitima as ações das pessoas, conferindo-lhes reconhecimento, conectando-as umas às outras pelo sentimento de pertinência a um grupo com interesses comuns. Esta realimentação se dá principalmente pela constante proposição de agendas comuns para a atuação dos integrantes e pela geração de um fluxo comunicativo em que se possa visualizar a trajetória e suas conquistas, de forma a orientar os atores e promover a continuidade das ações e dos resultados.

- fornecer elementos de identificação com a causa e com o projeto mobilizador. Que para isso foi elaborado um logotipo que identificasse a associação.

É o sentimento de co-responsabilidade que garantirá, qualquer que seja a causa, que cada participante seja também considerado um beneficiário de sua própria ação, seja esse benefício compreendido de forma direta, podendo ser apropriado pelo próprio participante na melhoria de suas condições imediatas, ou indireta, onde se beneficia de uma melhoria geral das condições de vida, seja qual for o alcance.

Quando em poucas reuniões ainda feitas pela Associação Sepeense de Ovinocultores, surgiu a ideia de então realizar algo em que pudesse gerar visibilidade à produção ovina do município e que ao mesmo tempo, suscitasse o interesse da apreciação pelo principal produto, a carne, dada vista a dificuldade dos produtores familiares em comercializar sua pequena produção. Assim, solidificou-se o projeto do I Jantar do Cordeiro.

Conforme anteriormente descrito, a festa que surge como forma de mobilização social teve grande impacto entre os associados e também na comunidade na qual estão inseridos. E no intuito de trazê-los como co-responsáveis para o evento, houve um primeiro encontro denominado como Oficina de Cortes de Carne Ovina, ministrada pela Extensionista de Bem-estar Social da Emater juntamente com um chef. Assim, os produtores puderam aprender desde a retirada dos cortes da carcaça até a

elaboração dos pratos que foram servidos no dia do Jantar. Assim, estavam inseridos e responsáveis pelo processo.

Desta maneira, as emoções foram divididas por todos envolvidos através do engajamento e o vínculo gerado, houve união, busca por patrocínio, trocas de experiência e o desejo de que o produto apresentado fosse o melhor marketing. De fato, presenciou-se um evento inusitado e perceptível pela comunidade: houve mobilização.

Com o auxílio da mídia de massa, houve a venda de praticamente todos os ingressos. Compareceram autoridades políticas e o evento que antes tinha o cunho de marketing pode proporcionar o encontro da co-responsabilidade, da troca de experiência, vínculos e um espaço de debate.

No entanto, quanto às reais necessidades, segundo Illich (2000), durante todo esse tempo, a única certeza era a mudança, as vezes chamada de progresso, outras de desenvolvimento, ainda outras de crescimento. Nesse processo secular, os homens afirmaram haver descoberto “recursos” na cultura e na natureza – naquilo que tinha sido a terra comunitária – e os transformaram em valores econômicos e percebe-se os anseios, porém a estagnação muitas vezes ocupa o lugar dos motivos para o desenvolvimento.

E o que o nosso sistema produtivo institui para isso? Até que ponto os próprios produtores são capazes de se tornarem atores do desenvolvimento, uma vez que os aspectos empíricos também são valorizados? Dentre as atividades propostas pela Associação criada pelos produtores, onde estes tem a liberdade de expressar seus anseios, nunca foi pauta a questão ambiental ou até mesmo uma produção diferenciada daquela exercida de geração a geração, muitas vezes sem ou com pouca relevância quanto a aspectos de sustentabilidade dentro do sistema produtivo.

Enquanto os indivíduos não mudarem e não reconhecerem suas necessidades, não poderão contribuir para o crescimento das forças produtivas. Isso vale também para o estímulo de fazer com os produtores interpretem sua produção como cultural ou empresarial, uma vez que a ovinocultura ainda encontra esse distinto posicionamento. Quando se tem claro qual o destino da sua produção, se terá clara as suas necessidades. Essa visão nos deixa clara a importância da gestão e reconhecimento das formas produtivas, que se encontra falha, uma vez que está

voltada apenas a produção mássica e lucrativa, deixando de lado os aspectos culturais e sociais que cabe a toda produção, seja primária ou não.

5.2 Associativismo e a ovinocultura: características e culturas

5.2.1 Análise sócio-produtivas

Para realizar as entrevistas, foram selecionados 17 produtores que contribuem ativamente com a ovinocultura de São Sepé-RS. Para tal, foram priorizados que cada participante pertencesse a uma propriedade individual para não ocorrer sobrevalorização de dados. Sendo assim, cada variável corresponde a realidade de cada propriedade pesquisada. Apenas uma propriedade está situada no município de Formigueiro-RS, que historicamente emancipou-se de São Sepé em 1963 e também possui sua economia e cultura voltada ao meio rural.

Com exceção de apenas uma das propriedades avaliadas, todas as outras estão há mais de um século na mesma família, perpetuando para seus descendentes, o que caracteriza o perfil rural do município e a importância do meio na formação histórica da sua população que até em tempos atuais tem sua cultura e economia marcada distintivamente pela agropecuária, sendo reconhecida nacionalmente pela sua produção.

Não diferente de outras realidades, o gerenciamento destas propriedades dava-se pela figura masculina, muito embora a mulher apresenta papel determinante nas decisões. No entanto, em apenas uma propriedade que a administração dava-se pela figura feminina, apenas com o auxílio de serviços de terceiros, o que caracteriza o modo de governança de mulheres que em suma não dependem da figura masculina nos processos administrativos, e no qual recorrem facilmente à profissionais em vez do empirismo.

As 17 propriedades avaliadas possuem uma média de 97 hectares. Em comparativo com o estudo de Silva et al (2013), as propriedades que desenvolvem a ovinocultura no Estado possuem área total variável entre 0,3 a 6.000 ha (mediana de 51,5 ha). Pouco mais da metade das propriedades (52%) possui menos de 50 ha; 35% possuem entre 50 e 500 ha e 13% possuem mais de 500 ha de extensão. Sobre a área destinada à ovinocultura nessas propriedades, 31% usam menos de 5 ha, 51% entre 5 e 100 ha e 18% mais de 100 ha. A mesorregião Centro-Occidental possui as

propriedades com maiores extensões para a ovinocultura (mediana de 38 ha), enquanto que a mesorregião Nordeste as menores (mediana de 8 ha). Nota-se que a média das propriedades avaliadas em São Sepé destinam 52% das áreas para ovinocultura, não sendo efetivo determinar em hectares, uma vez que se avalia pelo tamanho das mesmas pois as variáveis estão dentro de mínimo de 22 e máxima de 350 hectares de área.

No entanto, percebe-se a soberania do consórcio da ovinocultura com outras produções como bovinocultura e lavoura aliados a uma estratégia de produção destes produtores. Somente dois produtores da associação destinam a propriedade exclusivamente a ovinos. Estes dados divergem de Silva et al (2013), quando, em pesquisa por amostra aleatória em mesorregiões do Rio Grande Sul, questionou sobre a finalidade da produção de ovinos e a maioria considerou sua criação como subsistência ou para consumo próprio (74%), e em menor número, (26%) a prática comercial da cria/recria/engorda e a venda de reprodutores. Mas também, analisando cada mesorregião, a região central diverge desses dados, demonstrando sua relevante dedicação à prática comercial dos ovinos, o que vem ao encontro do encontrado neste estudo.

Segundo Viana (2012), constata-se que a ovinocultura é desenvolvida, quase na totalidade das propriedades rurais, de forma integrada a bovinocultura de corte. A produção conjunta admite vantagens em relação a produção única como obtenção de distintas fontes de renda em diferentes períodos favorecendo a distribuição de receitas ao longo do ano, redução dos custos fixos da propriedade, melhor aproveitamento do capital humano para atividades com manejos complementares, redução da infestação parasitária do rebanho e o menor risco frente as flutuações de preços de atividade única. Conforme os dados da pesquisa, constatou-se que nas propriedades que integram bovinos e ovinos, a renda estimada provem 70-80% da bovinocultura e 20-30% da produção de ovinos.

O que se pode perceber que em propriedades que os animais eram destinados somente para o consumo, as áreas para a ovinocultura tiveram uma média 6% da área total, enquanto propriedades que exploram comercialmente possuem uma média de 52% de ocupação, tendo propriedades que chegam a destinar até 93% da área. No entanto, esta proporção não obteve igualdade quanto ao tamanho da propriedade. Produtores que caracterizam a produção para o próprio consumo possuem uma média

de área total de 185 hectares, enquanto os que exploram comercialmente possuem 90 hectares em média, praticamente a metade.

Quando indagados sobre o tempo que estão na atividade, 50% dos entrevistados responderam estar “a vida inteira” na ovinocultura. Apenas 35% responderam estar há menos de 10 anos e destes, atenta-se ao fato de sua produção ter direcionamento comercial, ou seja, justifica-se o produzir pelo intento de lucro e não somente pelo vínculo direto da ovinocultura associada a ligação de resgate histórico como mencionado por quem está na atividade por mais tempo e mais ainda por produtores que fundamentam a ovinocultura para o próprio consumo, mesmo em ambos perfis fazerem parte da sucessão familiar.

Quanto a distância da propriedade ao centro urbano, a maioria não percorria grandes distâncias, tendo uma média de 18 km, separados pelos grupos de interesse como o GRÁFICO 1, porém com variação das propriedades de 7 a 64 km.

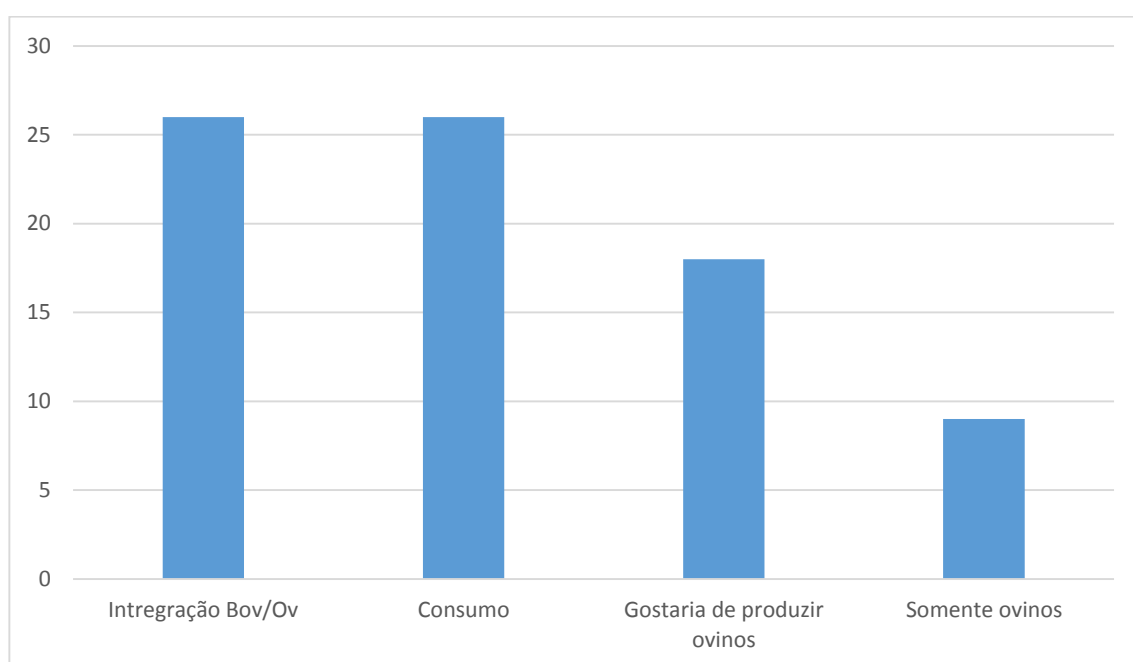


Gráfico 01 – Distância Média das propriedades até a sede do município.

Segundo o resultado da pesquisa, pode-se enaltecer o fato de 59% residir na propriedade. Porém somente em dois casos havia 4 moradores, sendo a média de apenas 2.

Salienta-se que em 100% das propriedades participantes deste estudo utilizam a monta natural em ovelhas destinadas para matriz. O grau de mecanização detém-

se em centro de manejo, galpão e poucos maquinários e implementos destinados à ovinocultura, sendo que apenas um possui abatedouro.

Em suma, nas propriedades entrevistadas, os animais eram manejados de forma extensiva e somente uma de caráter intensivo. Isto vai ao encontro da pesquisa no Estado em que se observou que a maioria (70%) das propriedades possui como tipo de exploração o regime extensivo, sendo que as restantes dividem-se em produções do tipo intensivo (1%) e semi-intensivo (29%). Entretanto, no momento em que foram analisadas as mesorregiões, verifica-se que a metade Norte do RS possui uma intensificação da produção dos ovinos, enquanto a metade Sul do Estado, ainda mantém seus animais de forma extensiva, livres ao pasto (SILVA ET AL, 2013). Esta característica é evidenciada quando estipuladas as áreas de exploração para a ovinocultura, sendo evidente que a metade Sul possui maiores extensões de terra, o que torna o manejo extensivo favorável.

Um comportamento comum na cadeia produtiva da ovinocultura após a crise da lã, especialmente no Rio Grande do Sul, é a informalidade na comercialização da carne ovina, seja no comércio, abate e processamento, gerando fundamentalmente, sonegação ao fisco e comercialização do produto sem inspeção sanitária (VIANA, 2012). Pode-se comprovar com o resultado de que somente quatro produtores declararam comercializar para o abatedouro municipal, o que não exclui a venda direta, ou seja, venda de carne ovina direta ao consumidor. Todos afirmam garantir um melhor preço no quilo da carne e assim obter melhor rendimento pago pela carcaça comparado à venda para abatedouros. Todavia, não se pode deixar de enaltecer que o Estado, assim como o município em questão, sofre com a deficiência de regularização sanitária de abatedouros, além do pouco incentivo que facilmente se observa quando levanta-se o número de plantas destinados ao abate de ovinos. Até a abertura do abatedouro municipal, a única alternativa para os produtores sepeenses dava-se apenas à frigoríficos de inspeção federal distante em outros municípios da fronteira, além do pouco interesse dos mesmos em comercializar cargas pequenas.

Atenta-se para o fato referente à assistência técnica. Somente o grupo que objetiva a produção para o consumo que possui assistência técnica privada. O restante recebe de órgãos da extensão rural e marcadamente já descrito por iniciativas do SENAR e SEBRAE. Como não há nenhum incentivo para apenas uma

raça ou a busca por um padrão racial a nível municipal, há distintas raças nos rebanhos pesquisados, entre elas Ideal, Corriedale e Texel (Gráfico 2).

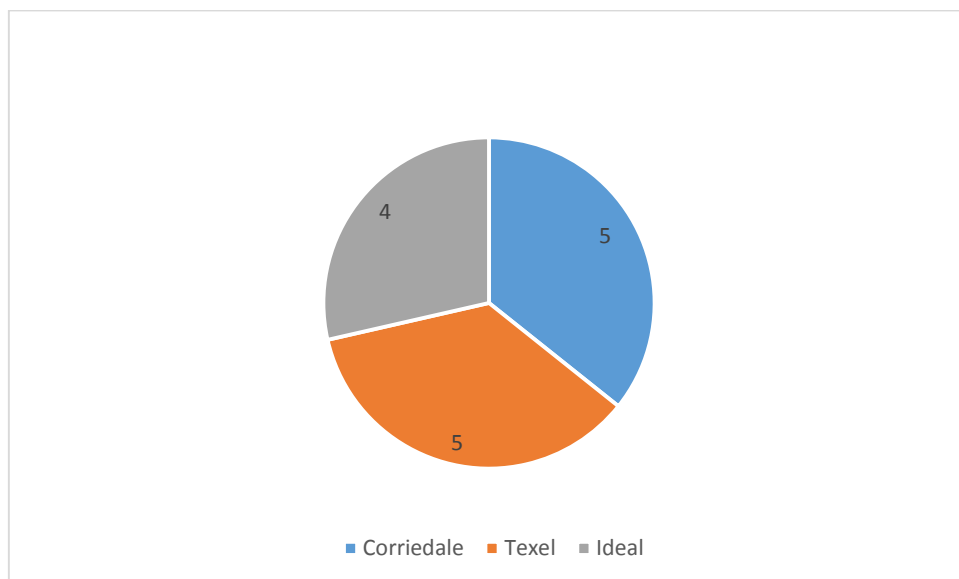


Gráfico 02 – Número de propriedades e raças de ovelhas produzidas.

Notadamente, todos os produtores fazem parte da sucessão familiar e não raro foram as respostas “desde sempre” quando se questionou desde que geração a família vinha do campo. Para esses produtores, a decisão para criar e desenvolver a criação ovina não partiu apenas de um impulso econômico, uma visualização única da maximização dos lucros da atividade a partir da alocação de recursos escassos, mas também pela herança familiar, pela hereditariedade das rotinas produtivas e influencia familiar de manutenção da atividade nos estabelecimentos rurais. Como ressalta Viana (2012), uma vez que a característica de herança familiar na maioria da produção ovina indica a presença de motivações institucionais, vinculadas a hábitos de pensamento, passados de geração em geração na criação ovina, os quais moldaram a configuração do setor frente aos desequilíbrios. (Viana, 2012).

Dados interessantes apontaram quando a questão se referiu a profissão que cada produtor se declarava (Gráfico 3). Denota-se um expressivo número de pessoas pluriativas, uma vez que oito pessoas desempenham funções no centro urbano, enquanto seis declararam serem aposentados e produtores rurais. Apenas três produtores declararam como única atividade profissional a agropecuária. Reafirma-se

esta realidade encontrada com o estudo que demonstra também que um número crescente de pessoas que residem em áreas rurais está hoje ocupadas em atividades não-agrícolas. Mais importante que isso: as ocupações não agrícolas cresceram na década dos 90 a uma taxa de 3,7% ao ano – mais que o dobro da taxa de crescimento populacional do país (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

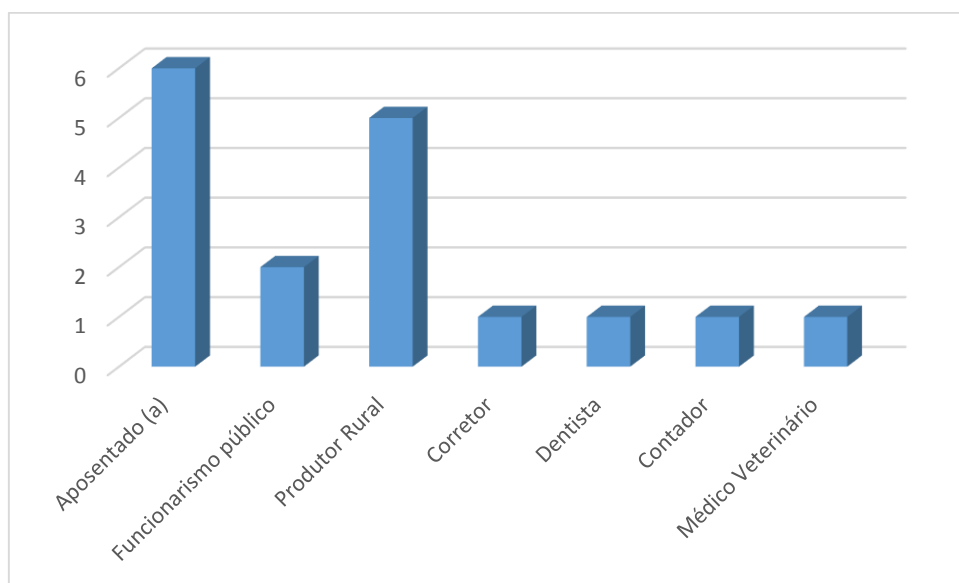


Gráfico 03 – Profissões identificadas pelos produtores participantes do estudo.

Enquanto isso, o emprego agrícola, em função da mecanização das atividades de colheita dos nossos principais produtos, vem caindo cada vez mais rapidamente, a uma taxa de $-1,7\%$ ao ano. Nossas projeções indicam que a continuar nesse ritmo, no ano 2014 a maioria dos residentes rurais do país estarão ocupados nessas atividades não agrícolas. Em alguns estados, como São Paulo, isso já deve estar ocorrendo neste ano 2001 (GRAZIANO SILVA, 2001). Estes dados se confirmam pelos resultados encontrados neste estudo.

O novo enfoque do desenvolvimento local sustentável tem o inegável mérito de permitir a superação das já arcaicas dicotomias urbano/rural e agrícola/não agrícola. Como sabemos hoje, o rural longe de ser apenas um espaço diferenciado pela relação com a terra - e mais amplamente com a natureza e o meio ambiente, está profundamente relacionado ao urbano que lhe é contíguo. Também podemos dizer que as atividades agrícolas são profundamente transformadas pelas atividades não-agrícolas, de modo que não se pode falar na agricultura moderna do final do século

XX sem mencionar as máquinas, fertilizantes, defensivos e toda as demais atividades não agrícolas que lhe dão suporte. (GRAZIANO SILVA, 2001)

Para tanto, mesmo os produtores que declararam realizar atividades não-agrícolas ainda assim têm total participação na propriedade. Ou seja, todos os entrevistados realizam as tarefas que se destinam à ovinocultura assim como em outras produções quando presentes com destaque para a bovinocultura. Somente quatro propriedades possuem mão-de-obra contratada. As demais, todos os trabalhos são oriundos da mão-de-obra exclusivamente familiar.

5.3 Análise econômica-administrativa

A ovinocultura sepeense, em uma tentativa de caracteriza-la, determinou alguns pontos que avaliassem o quanto os produtores ambicionam a lucratividade. No entanto, o que se percebe é que na maioria dos casos, pouco subsídios os mesmos apresentam para determinar o quanto rende financeiramente.

O planejamento é um elemento básico para o desenvolvimento da atividade econômica, pois cabe a ele decidir a tomada de decisão sobre o que produzir, baseando-se nas condições de mercado e dos recursos naturais de seu estabelecimento rural, uma vez que permite ao empresário rural um resultado antecipado de cada atividade, tanto no plano empresarial como operacional. Já em relação a quanto produzir, o produtor deve considerar a quantidade de terra de que dispõe, e ainda o capital e a mão de obra que pode empregar, além de estabelecer o modo como vai produzir de acordo com a tecnologia disponível. Por sua vez, o controle patrimonial tem por finalidade o estabelecimento de condições favoráveis para a gestão do ativo imobilizado, que implica a análise de procedimentos factíveis à cultura e à realidade da empresa rural, controlando a ação desenvolvida, verificando se as práticas agrícolas recomendadas estão sendo aplicadas corretamente no devido tempo. Outra informação relevante associa-se aos custos dos produtos, pois, para se obter os preços de venda, são necessários o seu conhecimento, o grau de elasticidade de demanda, os preços de produtos concorrentes, a existência de produtos substitutos, entre outros fatores que interferem nessa decisão. O preço de venda tem de ser o valor que cobrirá todos os custos envolvidos na atividade rural e ainda a sobra de um lucro líquido adequado. A contabilidade, portanto, facilita aos produtores rurais a tomada de decisões através de seus controles e demonstrativos, tendo como fim a

obtenção do melhor resultado econômico, mantendo a produtividade da terra. No contexto da gestão rural, faz-se importante apurar o resultado da atividade. A apuração do resultado consiste em avaliar os resultados obtidos na safra ou beneficiamento dos produtos, medindo os lucros ou prejuízos e analisando quais as razões que fizeram com que o resultado alcançado fosse diferente daquele previsto no início de seu trabalho. (GUSE ET AL, 2013)

No entanto, mesmo as propriedades serem de caráter familiar e assim com uma gestão direcionada por apenas uma ou duas pessoas, quando questionados por gastos anual com insumos e gastos anuais com a produção, nenhum soube estimar, nem mesmo o grupo que destina sua produção para comercialização dos animais. Porém, quando questionados o valor recebido pelo kg da carne e da lã, todos declaram valores atuais recebidos.

Com uma média de 18 km de distância da sede do município, as propriedades estudadas estão estrategicamente bem alocadas para escoar sua produção. No entanto, mesmo com a facilidade de atingir mercados municipais, a carne ovina enfrenta dificuldade de comercialização devido a sazonalidade da produção, ou seja, tem maior venda em determinadas épocas do ano. Porém, mesmo a metade destes produtores responderem estar na atividade “a vida inteira”, ainda assim a experiência não é suficiente para corresponder às exigências de mercado disposto a carne ovina.

Esta característica é nitidamente visível no grupo que produz ovinos integrados à bovinocultura e agricultura, onde 62% dos entrevistados declararam estar na atividade desde que acompanhavam os pais. Os 25% deste grupo que estão entre 6 e 7 anos na atividade possuem características em comum, uma vez que ambos assumiram o gerenciamento das respectivas propriedades paralelo a este tempo na ovinocultura. Este dado demonstra o interesse na cadeia da ovinocultura em pequenas propriedades como fonte de renda extra, pois as duas possuem menos de 40 hectares e um desfruta da aposentadoria e o outro exerce o funcionalismo público.

Produtores há menos de 10 anos na atividade estão identificados em sua maioria no grupo que criam ovinos para o consumo. No entanto, são os mesmos que desempenham atividades não-agrícolas. Com base nesta informação, pode-se concluir que como dedicam sua vida em outras atividades, a propriedade acaba por ser um espaço identificado como lazer e resgate de suas origens. Logo, a produção não tem a necessidade de torna-la economicamente viável, uma vez que os mesmos

declaram que a propriedade participa com menos de 10% na renda. Todavia, são os mesmos ainda que determinaram um valor gasto em lazer precisamente, diferente dos outros produtores entrevistados.

Quanto à extensão de terras das propriedades estudadas, pode-se caracterizar que a criação de somente ovinos está em propriedades pequenas próximas à cidade, mão-de-obra familiar constituída pelo casal e filhos, além de desfrutarem da aposentadoria. O mesmo não ocorre no grupo para o consumo que se caracterizam por maiores extensões de terra e com mão-de-obra contratada. O grupo que integra ovinos à outras atividades possui maior disparidade em extensões, tendo uma média 90 hectares as propriedades, com mínimo de 22 e máximo de 260 hectares de exploração (Gráfico 04)

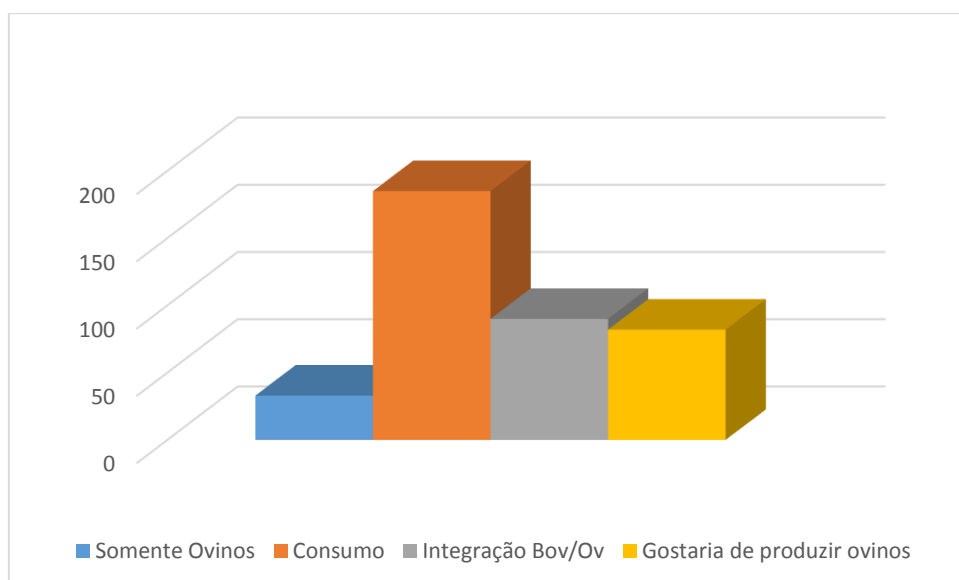


Gráfico 04 – Perfis identificados segundo objetivo da criação ovina.

Questionados sobre que profissão se caracterizam estes produtores, nenhum mencionou “ovinocultor” ou produtor de ovinos, nem ao menos os que só produzem ovelhas em suas propriedades. Conclui-se que dificilmente a criação de ovelhas seja encarada como a principal atividade de uma propriedade ou como principal fonte de renda, sendo assim, associada à outras produções ou pelo intuito deste estudo, demonstrar sua produção aliada ao gosto pela cultura e não necessariamente a renda provida da mesma, uma vez que os produtores que fazem parte do grupo que só criam ovinos declararam que a renda da propriedade é constituída não somente pela produção.

No grupo em que há rebanho comercial de ovinos, apontou-se que a comercialização contribui para em menor proporção à renda destas propriedades. Todavia, pode-se dizer que esta suposição é totalmente empírica, uma vez que os produtores não souberam estimar os gastos com a produção.

Este dados vão ao encontro do estudo de Viana & Silveira (2009), que buscou verificar os custos de produção e os seus componentes e a rentabilidade da produção ovina na metade sul do Rio Grande do Sul, que segmentaram em custos variáveis, fixos, operacionais e totais e demonstrou-se que a ovinocultura é uma atividade rentável, que é determinada pelo saldo positivo dos indicadores de margem bruta e renda operacional agrícola. Entretanto, a margem líquida apresentou valores negativos em todas as propriedades analisadas. Já as atividades com maior retorno, os produtores citam a criação de bovinos (26,7%), a criação de ovinos (20%), a produção de soja (20%), a criação de abelhas, venda de leite e queijos, rendas extrarrurais e o arrendamento, que representam cada uma, 6,67%. Porém não se pode ter certeza, uma vez que eles não possuem os registros e cálculos para a sua comprovação. A pesquisa também evidenciou que 81,8% dos produtores de ovinos não separam os custos fixos dos custos variáveis, o que dificulta a distribuição da parcela desses custos em relação aos custos totais da atividade. Desse modo, o produtor não possui parâmetro para estabelecer os preços finais dos subprodutos (carne, lã e animal vivo) comercializados. Dessa forma, pode-se evidenciar que parte dos produtores de ovinos utiliza algum tipo de controle na sua atividade, incluindo desde controles completos até a simples guarda de notas fiscais de produtor. Além disso, os produtores conseguem tomar decisões mesmo sem ter dados históricos para realizar uma análise. (VIANA & SILVEIRA, 2009).

5.4 Análise do lazer pelo Produtor

Na tentativa de compreender a tomada de decisão de produzir ovinos nas propriedades estudadas, lançou-se mãos a inclusão da caracterização do lazer para os 17 produtores participantes. Para tanto, questionou-se o que seria o lazer. Percebeu-se que somente três produtores não relacionaram lazer com o meio rural, ou o fato de estar no campo. No entanto, estes três produtores foram uníssimos em declarar lazer apenas como sinônimo de viagem e não relacionado a outra característica. Em contrapartida, 82% identificou lazer como “ir para fora” (expressão

utilizada ao referir-se ir para o campo), “montar a cavalo”, “rodeios”, “caminhar no campo”, “pescar”, “estar com os bichos”; ou seja, associaram o campo ao tempo que dedicam como prazeroso (Tabela 1).

Tabela 01 – Indicadores de lazer declarados pelos produtores entrevistados.

INDICADOR	SIM	NÃO
Meio Rural	14	3
Viagem	5	12
Festas/Rodeio	3	14
Família	7	10

O lazer se tornou algo desassociado e difícil identificação no meio rural por justamente tratar-se de coisas simples aos produtores que o manifestam muitas vezes provendo renda a partir de momentos que julgam prazerosos. E por se tratar de algo que possa gerar lucro o distanciou do prazer. Logo, pode-se estar com os animais e ir a rodeios e com isto lucrar dinheiro. No entanto, quando questionados sobre quanto gastam com lazer ao ano, todos titubearam e declararam aquilo que gastam em viagens com a família e em confraternizações.

Independente, da propriedade servir de moradia ou não, em 100% dos entrevistados houve a resposta “não” quando questionados se venderiam a propriedade. Perguntados pelo motivo em que não venderiam, apenas quatro produtores dos quinze, pois dois eram funcionários, responderam que o motivo que os levavam a permanência seria pelo fator produtivo da terra e proximidade com a cidade. Os demais 11, ou 73%, associaram a permanência com o vínculo emocional que a mesma os traz, uma vez que todos estes mencionaram a ligação da propriedade com os pais, avós e bisavós.

Atenta-se as justificativas utilizadas quando se co-relaciona o fato de não vender a propriedade, ao passo que não consegue estimar o gasto com lazer por ano. No grupo de produtores que criam somente ovinos, a resposta por não vender a propriedade se deve ao vínculo com suas origens. Segundo o produtor, quando questionado sobre a venda, ele declara: “Nem pensar! Já me botaram muito dinheiro na mão! Me criei aqui, herança do pai... Mas tudo querem aqui, hotel, silo... Eu já perdi três vezes a minha casa porque venta muito, mas ergui as três vezes e seguirei

erguendo quantas vezes for e não saio daqui”. Salienta-se neste grupo três fatores que reforçam a produção por somente ovinos: a tradição pela ovinocultura, não depender exclusivamente da renda gerada pelos ovinos uma vez que são aposentados e a presença de filhos na propriedade em fase de sucessão familiar.

Um dos produtores do grupo que criam somente ovinos também é proprietário do abatedouro municipal de ovinos. Quando indagado sobre o que o levou a fundar o abatedouro no início de 2014, o mesmo foi enfático que o que o encorajou foi a organização dos produtores em Associação e por ter a visão de negócio da carne ovina devido a demanda existente em supermercados e açougues, além da venda direta, porém como não há plantas em frigoríficos, viu uma oportunidade de mercado no município para a carne com procedência.

A mesma linha de raciocínio segue-se ao grupo que cria ovinos para o consumo. Ao passo que todos estimaram o valor gasto por ano em lazer exclusivamente em viagens, não venderiam a propriedade pelo resgate que a mesma traz às origens. O diferencial deste grupo se detém ao fato de que desempenham outras atividades no centro urbano e posterior a sucessão familiar que então iniciaram a atividade da ovinocultura. Quando questionados do porquê de não vender, apenas um produtor não relacionou ao vínculo familiar, pois o mesmo não é natural de São Sepé e adquiriu terras no município devido ao casamento, porém é filho de produtores.

Percebe-se neste grupo da criação para o consumo uma típica produção por lazer. Definem a propriedade como uma conquista para manter viva a história da família como relata a produtora: “Aqui é desde o meu pai. Sempre quis estar aqui e hoje eu moro aqui”. Interrogada sobre por que não vende e adquire em outro lugar: “Por que teria que começar tudo do zero, tudo. Inclusive a história... Meu pai sempre criou ovelha e eu sempre quis, então faz 4 anos que venho criando”. Outra produtora, a qual possui uma propriedade com 350 hectares, vai aos finais de semana para a propriedade e relata não se desfazer da mesma, que contribui apenas 10% da sua renda, por haver “se criado ali” e o avô e o pai sempre criaram ovinos, inclusive premiados em exposições. Por fim, um produtor que afirma que a ovinocultura contribui com apenas 2% da propriedade se diz apaixonado pela criação e que não saberia nem avaliar a sua propriedade, enquanto a que possui em outra localidade venderia sem problemas, mas que nesta jamais pois é onde morou desde seus bisavôs.

No grupo que realiza consórcio entre bovinos, ovinos e lavoura houve mais respostas que justificam a não venda por questões de negócio, seja pelo fácil acesso à propriedade como por terras produtivas. Logo há mais percepção da busca pelo lucro, assim como a própria produção é direcionada para fins de comercialização, o que vem ao encontro das respostas obtidas.

Já o grupo que gostaria de criar ovinos na propriedade distingue-se por características que remetem o valor do lazer do que do lucro. Detém-se a este fato pois em nenhuma resposta houve a justificativa da criação para obtenção de renda à propriedade. O vínculo afetivo ao lugar também ocorre neste grupo que defende não vender as terras devido a mesma ser herança e já estar há mais de duas gerações na família. Quando questionadas do por que gostariam de produzir ovelhas, responderam com embasamento em suas histórias: “Eu acho que é atividade para o consumo e o pai sempre teve e consumi. É uma carne ligeira! Tem toda uma herança cultural, entende? O pai carneava no pé de caqui lá fora”; “É uma história longa! O meu avô dava um “quartinho” sempre nos finais de semana. Acho a produção linda, além de apreciar a carne. Eu sonho em ter na minha propriedade”.

Esta identidade cultural com a ovelha no Rio Grande do Sul pôde ser notada também em São Sepé. O vínculo que os produtores participantes do estudo demonstram ainda a forte ligação com o rural e seus costumes. Segundo Waiandt & Davel (2008), este fenômeno explica-se pela representação familiar passada entre as gerações. As representações conectam os significados e a linguagem à cultura. Elas são parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e trocado entre membros de uma cultura e engajam, dessa forma, o sentimento de pertencimento social dos indivíduos com implicações afetivas e normativas, incluindo interiorização de experiências, de práticas, de modelos de condutas, socialmente inculcados e transmitidos pelas interações sociais.

Incluiu dentro da pesquisa a presença de equinos nessas propriedades por também se acreditar que assim como a ovelha, o cavalo também tem participação na história e cultura gaúcha. Todavia, em apenas duas propriedades foi identificado criação de cavalo crioulo. Nas demais, havia apenas poucos animais destinados aos serviços de campo, não havendo desta forma, relação da produção de lazer pelo tradicionalismo alicerçado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrever sobre o Novo Rural Brasileiro demonstra o quanto a era industrial modificou as estruturas de um país rural que se transformou em urbano. E com todas estas novas metodologias produtivas é evidente que novos pensamentos surgiram quanto a forma e o porquê de como tudo ocorre no cenário tanto rural quanto urbano.

Não distante desta performance, conceitos foram aprimorados no sentido cultural e econômico. Percebe-se anteriormente o local de trabalho também era residência como no Brasil Rural, acabou modificando para o que chamamos hoje de jornada de trabalho. Logo, trabalhar desvinculou-se totalmente do habitar e consequentemente ganhou novas proporções esta separação. Ou seja, o local de trabalho nada mais é o que gera a renda e se tornou um lugar exclusivamente focado em horas trabalhadas. Habitar/ residir transfigurou-se para o momento em que não podia mais ser unido à subsistência.

Com estas novas características trazidas ao campo, o produtor que ali permaneceu evoluiu para parâmetros produtivos em maior escala e logrou a geração de renda, em contrapartida que as pequenas propriedades foram desapropriadas em sua maioria pelo êxodo rural instalado. Logo, estes que antes eram rurais passaram a urbano, também obtiveram em paralelo os conceitos de geração de renda e trabalho voltados a urbanização. Essas modificações permitiram que o lazer em produzir pela tradição, introduzido para a nova era como parte do aproveitar a vida, desvinculasse do local de moradia.

No entanto, o que pode ser observado através deste estudo foi que, mesmo não sendo mensurado e raramente associado ao meio rural, o lazer está inserido na produção de ovinos, uma vez que a escolha em produzir se deu pelo vínculo que a produção traz à história e emoções a estes produtores. Pode-se perceber também, que muito embora não ter sido dado valores ao lazer praticado e ter sido relacionado de forma indireta ao ir para o campo e aos animais, ficou claro o quanto se manifesta dentro de distintos perfis produtivos.

Ainda assim, há poucos relatos sobre este tema e novas pesquisas ainda precisam ser realizadas afim de engrandecer a literatura com dados como a quantificação do lazer pelos produtores e como este é manifestado comparativamente

entre o rural e o urbano, tendo em vista a deficiência em diferenciá-los em custos e principalmente, como reconhecimento em si.

A ovinocultura em questão, passada a marcadas crises que assolou a produção, ergue-se através da alternativa saindo do perfil lã para a carne, além da exploração da genética e artesanato. No entanto, pode-se caracterizar os produtores com uma produção típica por lazer, que mesmo sem ambição com o lucro, este provém pela manifestação de um momento prazeroso que é correspondido por um produto, seja carne ou lã.

Podemos definir, a partir do momento em que a história de um povo, sua cultura reflete-se diretamente na economia, ou seja, as escolhas realizadas para o que se produzir e para o que trabalhar é intrínseca ao vínculo emocional e representação que o permite o retorno e que pode ser, sim, lucrativo. A ovinocultura faz parte do alicerce da colonização do estado gaúcho e povoou os campos sulinos, sustentou as estâncias e todavia, sempre foi uma aliada, mas dificilmente prioritária dentro do panorama econômico de uma propriedade, o que afirma o proposto que a escolha da permanência do rebanho ovino se dá pela seu tradicionalismo no Rio Grande do Sul e não necessariamente, a sua evolução econômica.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, C. M. M. **A criação de ovinos em Bagé-RS**: Estudo de caso sobre as dificuldades para a manutenção da atividade. Curso de Planejamento e gestão para o desenvolvimento rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Hulha Negra-RS. 2011.
- AGRA, N. G.; SANTOS, R. F. **Agricultura Brasileira**: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. Universidade Federal da Paraíba. s/d. (sem data). Disponível em: Disponível em: http://www.gp.usp.br/files/denru_agribrasil.pdf. (2012). Acesso em 05/09/2013.
- ALMEIDA, P. F. C. (coord); CONCEIÇÃO, O. A.; ALONSO, J. A. F.; BANDEIRA, P. S.; OLIVEIRA, N.; BARCELLOS, T.; RABELO, M. M.; GIACOBBO, E.; AZEVEDO, B. R. Z. **A Economia gaúcha e os anos 80**: Uma trajetória Regional no contexto da crise Brasileira. Porto Alegre – 1990. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATISTICA Siegfried Emanuel Heuser.
- AREND, M.; CARIO, S. A F. **Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul**: uma análise secular evolucionária. Economia e Sociedade, Campinas, v. 39, n. 2, p. 381-420, ago. 2010.
- BASTIANI, I. C. R. (PPA-UEM/UEL). **Empreendedorismo no contexto do Novo Rural Brasileiro e mercado de trabalho para profissionais em ciências agrárias**. ANAIS DO II EGEPE, p. 394-410, Londrina/PR, Novembro/2001 (ISSN 1518-4382).
- BOFILL, F. J. **A reestruturação da ovinocultura gaúcha**. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 1996. 137 p.
- CALVETE, R.; VILLWOCK, L. H. **Perfil da ovinocultura de lã e carne do Rio Grande do Sul e seus desafios para o futuro**. UNISINOS, SÃO LEOPOLDO, RS, BRASIL. Londrina, 22 a 25 de julho de 2007, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER).
- CARVALHO, P.C.F. et al. Produção animal no bioma Campos Sulinos. **Brazilian Journal of Animal Science**, João Pessoa, v.35, n. Supl. Esp., pg. 156-202. 2006.
- CENSO AGROPECUÁRIO, 2006. Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431960&idtema=3&search=rio-grande-do-sul|sao-sepelcenso-agropecuario-2006>>;
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=43&idtema=3&codv=v112&search=rio-grande-do-sul|sao-sepel|sintese-das-informacoes-2006>>:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=43&idtema=3&codv=v113&search=rio-grande-do-sul|sao-sepe|sintese-das-informacoes-2006>
 . Acesso em Agosto de 2013.

CENSO DEMOGRAFICO, 2010. Disponível em:
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431960&idtema=90&search=rio-grande-do-sul|sao-sepe|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-caracteristicas-da-populacao->.>. Acesso em Janeiro de 2015.

DEL GROSSI M. E.; SILVA, J. G. (1998) **A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995**. In Aguiar D, Pinho J B (eds.) O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas, SOBER, Brasília: 635-646.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973

ELESBÃO, I. **O espaço rural brasileiro em transformação**. Finisterra, XLII, 84, 2007, pp. 47-65.

FIGUEIREDO, R. T. P. **O novo papel do rural : o caso dos rancheiros do Rio Mogi-Guaçu, município de Barrinha - SP**. Dissertação apresentada ao Centro Universitário de Araraquara, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. ARARAQUARA – SP - 2009

GILL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ed. São Paulo. Editora Atlas, 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas/SP: UNICAMP/IE, 1999. (Coleção pesquisas n. 1)

GRUNENVALDT, A. C. R.; GRUNENVALDT, J. T.; SARTORI, M. A.; CASTELHÃO, K. P. **O lazer no meio rural do município de Sinop: um lugar de produção de sentidos e significados**. (2009) Sinop – Mato Grosso

GUSE, J. C.; DÖRR, A. C.; ROSSATO, M. V. **Ovinocultura na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul**: um enfoque à gestão rural. *Perspectiva Econômica*, 9(2):131-145, julho-dezembro 2013 © 2013 by Unisinos - doi: 10.4013/pe.2013.92.05

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=431960&search=rio-grande-do-sul|sao-sepe|info%20gr%20ficos:-evolu%27%20o-populacional-e-pir%20mide-et%20ria>>. Acesso em Dezembro de 2014.

_____, 2015. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=431960&search=rio-grande-do-sul|sao-sepe|info%20gr%20ficos:-despesas-e-receitas-or%20ament%20rias-e-pib>>. Acesso em Março de 2015.

ILLICH, I. **Necessidades**. In.: *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2000.

LUFT, C. P. **Minidicionário Luft**. Editora Scipione, São Paulo, São Paulo, 1991.

MAFRA, R. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação**: mídia, comunicação estratégica e mobilização social. Belo Horizonte. Autêntica, 192p. 2006.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 6.ed. Campinas: Papyrus, 2000

MARTINS, A. L. L. **Lazer e área protegida: conflitos na busca de "emoções agradáveis"**. *Ambient. soc.* vol.14 no.2 São Paulo July/Dec. 2011

MAURINA, A. **O êxodo Rural e as transformações ocorridas na comunidade Rural de veado pardo, município de Marau, Rs**. Camargo, RS. 2011.UFRGS

REIS, D. S. **O Rural e Urbano no Brasil**. (CEDEPLAR-UFMG). XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

SÃO SEPÉ (RS). Prefeitura. **O Município**. Site. Disponível em: <<http://www.saosepe.rs.gov.br/o-municipio/>>. Acesso em Janeiro de 2015.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO. Numero de propriedades em São Sepé. Levantamento populacional de 2008 Municípios com maior número de propriedades rurais cadastradas.

http://www2.agricultura.rs.gov.br/uploads/12609729461242597433Ranking_Municipios_com_maior_n._de_propriedades_em_2008.pdf. 2008

SEE/DDA/SEAPA-RS – Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio/Departamento de Defesa Agropecuária. **Levantamento Pecuário 2012**. Acessado em Dezembro de 2014. Disponível em: www.dda.agricultura.rs.gov.br

SILVA, A. P. S. P.; SANTOS, D. V.; KOHEK JR, I., MACHADO, G.; HEIN, H. E., VIDOR, A. C. M.; CORBELLINI, L. G. **Ovinocultura do Rio Grande do Sul: descrição do sistema produtivo e dos principais aspectos sanitários e reprodutivos**. Pesq. Vet. Bras. vol.33 no.12 Rio de Janeiro Dec. 2013

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E. **A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro** . XXV Encontro Nacional de Economia, ocorrido em Recife (dez./97)

SILVA NETO, B.; FRANTZ, T. R. A Dinâmica da Agricultura e o Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul. Brasília, **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol. 41, No. 3, Jul.-Set. 2003, pag. 253-272.

SILVEIRA, H. S. **Coordenação na cadeia produtiva de ovinocultura: o caso do conselho regulador Herval Premium**. 2005. 104 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005

TELÓ, F.; DAVID, C. de. **O rural depois do êxodo: as implicações do despovoamento dos campos no distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria/RS, Brasil**. Mundo Agrario, vol. 13, nº 25, segundo semestre de 2012. ISSN 1515-5994 <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/> Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Centro de Historia Argentina y Americana. 2012

NOCCHI, E.D. **Os efeitos da crise da lã no mercado internacional e os impactos sócioeconômicos no município de Santana do Livramento – RS– Brasil**. 2001. 71f. Dissertação (Mestrado em Integração e Cooperação Internacional) – Universidad Nacional de Rosario, Rosario, Argentina.

THIRY-CHERQUES, H. R. **Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento**. Af-Revista PMKT 03 Completa 4 cores:Layout 1 10/9/09 4:08 PM Page 20-27. 2009

VIANA, J. G. A. **Evolução da Produção ovina no Rio Grande do Sul e Uruguai:** análise comparada do impacto da crise da lã na configuração do setor. Dissertação (Doutorado em Agronegócio) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

VIANA, J. G. A.; SILVEIRA, V. C. P. **Cadeia produtiva da ovinocultura no Rio Grande do Sul:** um estudo descritivo. Revista em Agronegócios e Meio Ambiente, v.2, n.1, p. 9-20, jan./abr. 2009 - ISSN 1981-9951
10

VIANA, J. G. A.; SOUZA, R. S. **Comportamento dos preços dos produtos da ovinocultura do Rio Grande do Sul no período de 1973 a 2005.** Ciência e Agrotecnologia., Lavras, v. 31, n. 1, p. 191-199, jan./fev., 2007

VIANA, J. G. A.; WAQUIL, P. D.; SPOHR, G. **Evolução histórica da ovinocultura no Rio Grande do Sul:** comportamento do rebanho ovino e produção de lã de 1980 a 2007. Revista Extensão Rural, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVII, nº 20, Jul – Dez de 2010

VIEIRA, G. V. N.; SANTOS, V. T. dos. **Criação de Ovinos e suas enfermidades.** São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.

WAIANDT, C.; DAVEL, E. **Organizações, representações e sincretismo: a experiência de uma empresa familiar que enfrenta mudanças e sucessões de gestão.** Rev. adm. contemp. vol.12 no.2 Curitiba Apr./June 2008.

ANEXO 1 – Roteiro da entrevista aplicada aos 17 produtores de São Sepé-RS.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL
MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL
DISCENTE: CIBELE BOLZAN SCHERER

ENTREVISTA

1. Produtor: _____

2. Naturalidade: _____
3. Localidade: _____
4. Distância da sede do município: _____
5. Município: _____
6. Profissão: _____
7. Número de moradores da propriedade: _____
 - a. Cônjuge:
 - b. Filhos:
 - c. Parentes próximos:
 - d. Funcionários:
8. Área total da propriedade: _____
9. Principal atividade da propriedade: _____
10. Quanto a Propriedade contribui para a renda total: _____
11. Área destinada para ovinocultura: _____
12. Tempo de atividade na ovinocultura: _____
13. Raça das ovelhas: _____
14. Mão de obra: () familiar () contratada modo: _____

15. Fez parte da sucessão: () sim () não
16. Desde que geração a família vem do campo? _____
17. Grau de mecanização empregado:
- () inseminação artificial () centro de manejo () galpão
- () maquinário/ implemento.... Quais: _____
18. Tem outra produção: () não () sim... qual? _____
19. Quanto provém de outras produções: _____
20. Tipo de manejo realizado: () intensivo () extensivo () semi _____
21. Recebe assistência técnica? () privada () ATER
22. Canal de comercialização: () consumo () venda direta () abatedouro
23. Gasto anual com insumos: _____
24. Gastos anuais com a produção (pro-labore, manutenção, etc):
- a. Pró-labore:
 - b. Manutenção das estruturas:
 - c. Tecnificação:
 - d. Mão-de-obra:
25. Preço recebido pelo Kg/ cordeiro, Kg/ovelha: _____
26. Lã, destino: _____
27. O que identifica como atividades de lazer?
- _____
- _____
- _____
- _____
28. Gasto mensal em Lazer: _____
29. Venderia a propriedade? Por quanto? _____
- _____
- _____
- _____
30. Se não, por quê não venderia? _____
- _____

31. Ou, por que não vende e compra em outro lugar? _____

32. Possui cavalos na propriedade? Raça? Gasto aproximado com a produção: _____